



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil JUL 2010 • vol. 7 n. 2



Financiamento da transição agroecológica

Editorial

Frente aos elevados e crescentes índices de endividamento da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária verificados nos últimos anos, as jornadas de luta de diferentes movimentos sociais do campo convergiram este ano para uma reivindicação comum: a renegociação de dívidas assumidas pelos agricultores perante o sistema financeiro. São várias as razões alegadas para o aumento da inadimplência entre esse segmento social historicamente conhecido como *bom pagador*. Elas vão desde a queda dos preços dos produtos agrícolas até as frustrações de safra resultantes de más condições climáticas. Se essas explicações revelam as causas imediatas do fenômeno, deixam à sombra o fato de que nada mais são do que sintomas interconectados de um modelo agrícola insustentável fundado na associação entre os padrões técnicos da Revolução Verde e os mercados agroalimentares globalizados. De forma cada vez mais acelerada, esse modelo vem asfixiando economicamente a agricultura, degradando os ecossistemas agrícolas e induzindo o desenvolvimento de sistemas produtivos altamente vulneráveis às instabilidades do clima e dos mercados.

Embora as lutas pela renegociação das dívidas sejam plenamente justificáveis na atual conjuntura, de forma geral elas têm se limitado à conquista de *soluções* para os problemas imediatos, deixando de questionar as causas profundas do endividamento. Com efeito, sem uma reorientação técnica e econômica da lógica que prevalece no sistema de financiamento público da agricultura, que a cada ano aloca cifras recordes, as renegociações funcionarão como mecanismo de *sustentação da insustentabilidade* do modelo dominante. Para a agricultura patronal, esse mecanismo já é bem conhecido e está incorporado estrategicamente em sua lógica de reprodução econômica. Somente nos últimos oito anos, com apoio político da bancada ruralista no Congresso Nacional, ela já renegociou quatro vezes suas dívidas (e negocia mais uma neste exato momento), tendo já assegurado um perdão que extrapola os R\$ 100 bilhões. Mas esse artifício se tornaria um instrumento fatal para agricultores familiares que procuram construir seu futuro a partir do enraizamento nos territórios rurais e da reprodução autônoma de seus meios e modos de vida.

Os artigos desta edição apresentam variados mecanismos de financiamento da agricultura familiar inspiradores de mudanças na lógica dos sistemas convencionais de financiamento. Mais importante do que promover alterações nas condições da transação financeira (taxas de juros, carências, etc.), as experiências aqui relatadas têm em comum uma clara orientação no sentido de apoiar a construção de crescentes graus de autonomia das famílias agricultoras com relação aos mercados financeiro e industrial. Alguns desses mecanismos desenvolveram inovações conceituais e metodológicas nos projetos de crédito operados pelo sistema financeiro oficial. Ao contrário das operações creditícias convencionais, financiam projetos elaborados a partir do enfoque sistêmico. Dessa forma, os créditos são planejados com base na análise do conjunto do agroecossistema e não em uma única cultura ou criação. Um aspecto central nessa lógica de financiamento é que os recursos são orientados em sua maioria para o investimento, dispensando o acesso recorrente a créditos de custeio.

Outras experiências relatadas têm como base a revitalização de arranjos sociais típicos da agricultura camponesa. Referem-se à constituição de fundos para o investimento a partir da mobilização de poupanças locais ou de recursos públicos destinados especificamente para esse fim. O aspecto verdadeiramente novo desses dispositivos coletivos é que a sua gestão é realizada por grupos locais, orientados segundo valores morais, tais como *solidariedade, confiança mútua, responsabilidade compartilhada, reciprocidade e justiça*. A partir desses valores, os fundos de financiamento local escapam à pura lógica mercantil que rege as operações de crédito bancário, criando condições para o fortalecimento da coesão comunitária em torno a objetivos compartilhados relacionados ao desenvolvimento local.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.7, n.2
(corresponde ao v. 26, n. 2 da Revista Leisa)

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia –, em parceria com a Fundação Ilea – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



Rua Candelária, nº 9, 6º andar.
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-904
Telefone: 55(21) 2253-8317 / Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ilea
P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ilea.info

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG – CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

José Antônio Costabeber

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Maria Emília Lisboa Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase – RJ

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia – GTNA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Jean Marc von der Weid

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Pesquisa – Adriana Galvão Freire e Paulo Petersen

Base de dados de subscritores – Carin dos Santos Sousa

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – Guto Jads

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Sol Gráfica

Tiragem: 6.700

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04

Editor convidado • Jean Marc Von der Weid

ARTIGOS

08

Crédito solidário: apoiando a transição agroecológica no Sertão do Araripe (PE)

Burguivól Alves de Souza e
Giovanne Henrique Sátiro Xenofonte



08

14

Fortalecendo a economia solidária e a agricultura familiar: a experiência da Ascoob na Bahia

Clodoaldo da Silva Jorge



14

18

O crédito rural do Pronaf e a transição agroecológica: a visão governamental

João Luiz Guadagnin



18

22

Fundos rotativos solidários: instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba

Ghislaine Duque, José Waldir de Sousa Costa e
José Camelo da Rocha



22

29

Recursos locais podem formar um grande capital

Alfred Lakwo



29

34

Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar

Jan Douwe van der Ploeg



34

38

Publicações

39

Agroecologia em Rede

Agricultura familiar: sustentando o insustentável?

Jean Marc von der Weid

O governo Lula tem divulgado com orgulho os resultados da sua política de apoio à agricultura familiar. Os números frios, de fato, impressionam. O crédito para custeio e investimento foi multiplicado quase sete vezes entre 2002/2003 e 2010/2011, passando de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 16 bilhões. Nesse período, o número de operações de crédito passou de 890 mil para dois milhões. Além disso, criaram-se programas de seguro agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de aquisição de alimentos, de produção de agrocombustíveis, entre outros. Um amplo leque de políticas de apoio à agricultura familiar foi o saldo dos quase oito anos de governo e seus efeitos foram consideráveis... mas discutíveis.

Houve, por exemplo, aumentos globalmente significativos de produção com consequentes melhoras na renda dos agricultores familiares. Entretanto, essa apreciação global não deve esconder alguns fatos preocupantes. Em primeiro lugar, é perceptível a crescente vulnerabilidade dos sistemas familiares frente a desequilíbrios naturais (variações no clima, surgimento de pragas e doenças, etc.). É certo que antes de tomarem o crédito os agricultores corriam os mesmos riscos, mas estes não estavam diretamente associados a compromissos de natureza financeira. A política de seguro agrícola surgiu justamente para tentar minimizar o risco do financiamento bancário, uma vez que, sem o seguro, os agricultores pensariam duas vezes antes de se endividarem com os bancos. Já os riscos associados aos mercados deveriam ser atenuados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas o programa foi sempre aplicado em escala reduzida, atingindo o seu auge na última safra, com não mais do que 120 mil operações de compra. Mesmo em escala muito inferior ao seu potencial, mobilizando um montante financeiro que corresponde a menos de 5% daquele alocado nas operações de crédito, o PAA demonstrou ser um instrumento estratégico para o reforço da agricultura familiar.

Podemos também nos perguntar o que de concreto significou a entrada de mais de um milhão de agricultores familiares no sistema de crédito Pronaf. Pesquisa realizada pelo Ibase no estado do Paraná, assim como observações de representantes de organizações e redes vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em todo o país, indicam que a expansão do Pronaf funcionou como mola mestra para a disseminação da lógica técnica e econômica do agronegócio em meio às unidades familiares – por isso ganhando o nome

de *agronegócinho*. Isso significou um aumento das áreas de monoculturas, a perda da diversidade dos sistemas produtivos, o emprego crescente de insumos comerciais (sementes, adubos químicos, agrotóxicos) e maquinário e equipamentos motomecanizados. Esse mergulho na *modernização agrícola* levou os agricultores familiares a uma crescente dependência dos mercados de capitais (bancos) e de mercados de produtos agrícolas dominados por agentes monopolísticos (empresas agroindustriais, grandes atacadistas, etc.).

Tal como vêm sendo concebidas, as políticas de apoio à agricultura familiar acabam sendo convenientes para o grande agronegócio. De um lado, elas não competem com as políticas para a agricultura patronal que alocam recursos financeiros em escalas muito maiores. Por outro, a agricultura familiar modernizada representa um mercado expressivo para a expansão da venda de agrotóxicos, adubos químicos e maquinário. Além disso, vários setores da agricultura familiar assumem funções importantes como produtores de matérias-primas para empresas agroindustriais dos ramos da flocultura, suinocultura, avicultura, laticínios, papel e celulose, agroenergia, entre outros.

Políticas complementares promovidas pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), tais como o seguro agrícola, foram elaboradas a partir da tomada de consciência dessa maior vulnerabilidade a que as famílias agricultoras estavam submetidas. No entanto, apesar da proteção dessas políticas, a expansão do crédito foi acompanhada pelo aumento significativo dos níveis de endividamento e inadimplência da agricultura familiar. Não sem razão, as organizações da Via Campesina, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf) têm centrado suas reivindicações este ano na renegociação ou no perdão das dívidas contraídas junto aos bancos. Aliás, esse também é o mote das organizações patronais, com a diferença de que o endividamento da agricultura familiar situa-se em torno dos R\$ 25 bilhões, com uma inadimplência da ordem de 4%, enquanto o setor patronal deve cerca de R\$ 200 bilhões, com um índice de inadimplência de 13,5%.

Os defensores do agronegócio poderiam argumentar que o que vem ocorrendo com a agricultura familiar está dentro do esperado. Afinal, tanto no Brasil como no mundo inteiro, esse modelo vem se sustentando às custas de pesados apoios públicos na forma de subsídios, barreiras tarifárias, pre-

ços garantidos, etc. E, como conclusão, diriam: se é assim que funciona para a agricultura comercial no mundo inteiro, por que não repetir o mesmo com a agricultura familiar no Brasil?

A grande questão, porém, é que esse padrão produtivo é insustentável. Já são bem conhecidos os seus efeitos sobre o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis dos quais depende (petróleo, gás, fosfato, potássio), assim como sua ação destrutiva sobre recursos naturais renováveis (solo, água, biodiversidade) e sua contribuição decisiva nas mudanças climáticas globais. Mas essa insustentabilidade não se expressará apenas nos médio e longo prazos. Já há algum tempo, a necessidade de grandes subsídios oferecidos pelo poder público indica que existe algo de errado. Alinhando-se às concepções convencionais dos promotores desse modelo em todo o mundo, as políticas implantadas pela SAF/MDA exerceram importante papel ao *sustentar o insustentável*. Esse artifício funcionará enquanto houver recursos públicos para manter o modelo ou enquanto a crise do esgotamento dos recursos naturais não inviabilizá-lo por completo. O crescimento exponencial dos custos dos adubos químicos nos últimos cinco anos, bem como a disparada dos preços do petróleo em 2008, evidenciaram a vulnerabilidade do sistema, fazendo com que em muito pouco tempo se multiplicasse o número de famintos e subnutridos no mundo, que saltaram para mais de um bilhão.

O papel das políticas de financiamento

Ao longo dos anos 1970, o processo de modernização da agricultura brasileira foi fortemente induzido pelas políticas públicas, em particular o crédito subsidiado para a aquisição de maquinário e de insumos agroquímicos. O emprego desses fatores de produção era o principal indicador adotado para aferir o sucesso dos programas de desenvolvimento rural. A combinação entre a pesquisa agrícola e a extensão rural, ambas apoiadas no crédito facilitado, deu o impulso necessário para o avanço do agronegócio. Nos anos 1980 e no início da década seguinte, esse apoio público foi reduzido, o que fez com que as taxas de crescimento do agronegócio caíssem. A partir do governo FHC, verificou-se a retomada do crédito para a agricultura patronal e a criação do Pronaf, este dirigido especificamente para a agricultura familiar.

É importante reparar que a expansão do crédito rural se deu com base em uma engrenagem já muito bem azeitada. Trata-se de um sistema que articula os bancos operadores do crédito, as empresas produtoras de insumos e equipamentos, as lojas de produtos agropecuários e os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater). Os agentes financeiros foram condicionados a operar a partir de manuais de instrução de risco baseados em pesquisas científicas oficiais (sobretudo da Embrapa). Estas determinam tanto as atividades produtivas que podem ser realizadas em uma determinada região como os métodos de manejo técnico adequados para que ela seja desenvolvida. Assim concebido o sistema, é natural que os projetos de crédito (que dependem, aliás, da assinatura de um técnico) sejam orientados para o fomento a unidades produtivas modernizadas.

Dessa forma, ao facilitar o acesso aos recursos financeiros e aliviar os riscos desses empréstimos, as políticas do governo criaram condições suficientes para que mais de um mi-

lhão de agricultores optassem por esses modelos produtivos. Prova disso é que a maioria dos agricultores que acessaram o Pronaf empregou os recursos do crédito para a aquisição de agroquímicos, de sementes comerciais e de maquinário para implantar sistemas produtivos monocultores. Entretanto, embora não se deva desprezar o poder de indução dos agentes de crédito e de Ater na adoção de projetos de financiamento voltados para a agricultura convencional, deve-se reconhecer igualmente que há um número crescente de casos em que esses agentes apoiam a elaboração de projetos voltados para a produção orgânica ou para a transição agroecológica.

As propostas da sociedade civil

A visão crítica do agronegócio, de seus efeitos negativos e de sua insustentabilidade não se disseminou nas bases dos movimentos sociais, cujas agendas de negociação com o governo federal raramente abordam esse tipo de questão. Para não falar da grande massa de agricultores familiares que não se encontra organizada e participando de processos de reflexão sobre os modelos de produção agrícola. Pelo contrário, para boa parte da agricultura familiar, o padrão convencional permanece como referência de progresso, haja vista a imagem positiva disseminada pela mídia e pela aparência de prosperidade de grandes produtores que produzem segundo o modelo. A crítica, portanto, permanece circunscrita a parcelas reduzidas do universo da agricultura familiar e a lideranças dos movimentos sociais do campo. Diante dessas condições, é natural que a demanda espontânea dos agricultores familiares esteja orientada para a execução de projetos produtivos convencionais.

Caso o governo houvesse optado por implantar um efetivo processo de transição na agricultura brasileira em busca de maiores níveis de sustentabilidade, seriam necessárias políticas muito mais inovadoras e incisivas. É certo que as condições técnicas, sociais e políticas para tanto não estavam dadas. Mas poderíamos certamente ter avançado mais nessa direção se fossem construídos e multiplicados espaços de exercício e inovação que pudessem criar referências em escalas visíveis, tanto para produtores quanto para os formuladores de políticas e a opinião pública.

Essa ideia de implantação de *nichos de inovação* com apoio de políticas públicas surgiu no Grupo de Trabalho sobre o Financiamento da Transição Agroecológica da ANA em 2003.

Em negociações com os responsáveis do Pronaf, o GT-Financiamento apresentou duas propostas: 1) o *esverdeamento* do Pronaf; e 2) a criação de uma linha especial de crédito voltada para apoiar processos de transição agroecológica. A primeira proposta visava a valorizar as modalidades já existentes de crédito Pronaf, fazendo com que fossem utilizadas também para financiar sistemas produtivos manejados com princípios agroecológicos. A possibilidade de uso de sementes crioulas de variedades locais nos projetos Pronaf era um dos aspectos mais importantes.

A segunda proposta seria a criação de linhas de financiamento com condições específicas para as famílias interessadas em desenvolver a transição agroecológica em suas unidades de produção. Para tanto, foram definidos sobre-tetos, prazos de pagamento, períodos de carência e juros especiais. No entanto, as negociações não chegaram à definição de *recursos carimbados* para o financiamento das experiências-piloto nas várias regiões do país. Sem essa garantia, temia-se que os agentes financeiros não priorizariam projetos de transição agroecológica, o que acabaria por inviabilizar o acesso a essas modalidades inovadoras de crédito. E foi exatamente o que ocorreu na grande maioria dos casos em que agricultores buscaram acessar as modalidades mais diferenciadas, tais como o *Pronaf Agroecologia*, o *Pronaf Semiárido* e o *Pronaf Mulher*.

Além da resistência dos agentes financeiros, outros fatores dificultaram o acesso a essas novas modalidades. O primeiro deles foi a natural complexidade dos projetos concebidos pelo enfoque agroecológico. O segundo foram os prazos de carência e de pagamento. O terceiro foi o montante que se propunha investir. Os três fatores estão relacionados com a ideia de que é viável e conveniente definir um plano de transição agroecológica antes que o processo se inicie e de que é possível prever o seu tempo de duração.

As dificuldades do planejamento da transição

A Agroecologia se baseia no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis, como o solo, a água e a biodiversidade. A combinação desses recursos varia enormemente de uma região para outra e mesmo de uma unidade produtiva para a sua vizinha. Além disso, cada família agricultora possui condições e projetos distintos, quer pela composição da força de trabalho, quer pela vocação ou pelas preferências que desenvolveu.

Por essas razões é que se diz que não existem projetos padrão na Agroecologia. Ela é *específica a cada lugar*, ou *site specific*, como dizem os de língua inglesa.

Devido a essa característica peculiar dos sistemas de base ecológica, a modelagem ou desenho da unidade produtiva deve ser realizado a partir da combinação de opções técnicas e econômicas adaptadas às condições físicas e ambientais específicas de cada propriedade. O melhor arranjo entre essas opções é desenvolvido por meio de processos contínuos de aprendizagem com base na experimentação local e na interação com outros experimentadores e com a assessoria técnica. Isso significa que não é possível definir previamente e com precisão as etapas da transição agroecológica e o seu tempo de duração. Aliás, os agricultores experientes no manejo agroecológico costumam afirmar que a transição dura para sempre.

Nessas condições, como é possível elaborar um projeto de crédito que deve necessariamente prever começo, meio e fim? Além disso, como prever os custos de cada prática e as respostas agronômicas e econômicas de um sistema complexo e em experimentação contínua? Devido a esses altos graus de complexidade e diversidade dos processos de transição agroecológica, torna-se impraticável normatizar os mecanismos de financiamento a partir de manuais para uso universal. Ao contrário, torna-se essencial projetar a concessão dos recursos do financiamento da transição com alto grau de flexibilidade. Como fazer?

Mais investimento que custeio

Muitas lições podem ser aprendidas com as famílias agricultoras que avançaram na transição agroecológica nos vários biomas que compõem a paisagem brasileira. Estudos de caso apontam para o uso de diversos mecanismos de financiamento da transição agroecológica, sendo, possivelmente, o autofinanciamento o mais importante deles. Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) se apresentam como outro mecanismo relevante, sobretudo na região Nordeste. Alguns financiamentos *in natura* (sementes, pós de rochas, mudas, etc.), fornecidos em pequenas quantidades por entidades de promoção do desenvolvimento agroecológico para fins de experimentação, também fomentam a transição. Em alguns casos, mais numerosos na região Sul, os agricultores captaram créditos do Pronaf nas suas modalidades mais usuais (antigos C e D), mas sem identificar as práticas agroecológicas que iriam aplicar. Trata-se de um procedimento de risco, uma vez que, em caso de fracasso na safra, esse desvio do uso dos recursos impediria o pagamento do seguro. Apesar disso, os resultados vantajosos obtidos pelos agricultores ecologistas no Planalto Norte Catarinense mostram que valeu a pena o risco, já que, mesmo em anos de seca, seus sistemas em geral resistiram melhor que os dos agricultores convencionais, que tiveram que apelar para o seguro.

Independentemente da estratégia de financiamento adotada, essas experiências concretas indicam que o tipo de recurso mais importante para a transição agroecológica é aquele que permite orientar investimentos para a aquisição de equipamentos ou a construção de infraestruturas produtivas. Uma vez reestruturado o agroecossistema, o agricultor não necessita acessar o crédito ano a ano para o custeio de suas lavouras, pois os insumos produtivos dos quais depende

passam a ser originados principalmente a partir do manejo dos recursos da propriedade.

As experiências indicam também que o valor dos recursos que os agricultores necessitam investir varia a cada ano. Sendo assim, o ideal para financiar a transição seria um acesso paulatino aos créditos de investimento, em uma sucessão de projetos nos ritmos escolhidos pelo próprio agricultor. Também não deveria haver limite para o número de tomadas de crédito, desde que o agricultor mantenha o pagamento das parcelas de cada uma das dívidas contraídas anteriormente. É evidente que um incentivo maior à transição agroecológica poderia ser incorporado ao sistema de crédito, assim como já foi feito no passado para estimular a adoção das práticas da Revolução Verde. Um prêmio de adimplência na forma de um rebate de 50%, por exemplo, daria grande estímulo aos processos de transição. Experiências com os FRS mostram que os agricultores, mesmo em situações de dificuldade, pagam rigorosamente as suas dívidas e não interrompem o processo de transição.

Alguns exemplos significativos

Os artigos desta edição da *Revista Agriculturas* recobrem várias das questões aqui abordadas. Três exemplos de financiamentos da transição agroecológica a partir de mecanismos não-bancários são apresentados: os Fundos Rotativos Solidários (FRS) na Paraíba, apoiados pelas ONGs Patac e AS-PTA; o microcrédito no sertão do Araripe, promovido pelo Caatinga; e o crédito cooperativo na Bahia, operado pela Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob). Eles apontam para as características comuns que garantem o sucesso das experiências: fácil acesso aos recursos, simplicidade nos procedimentos de transação, flexibilidade, autonomia do tomador de crédito na definição de seu projeto e confiança mútua entre tomadores e fornecedores do crédito.

As três experiências apresentam diferenças marcantes quanto a condições de pagamento, juros e prazos. No caso da Ascoob, as regras são as do Pronaf, enquanto o Caatinga adota juros mais altos e prazos de ressarcimento mais curtos. Os FRS operam com prazos variáveis segundo o tipo de investimento, mas também tendem a ser mais curtos do que os do Pronaf, sobretudo nas modalidades Agroecologia e Semiárido. Não há juros formais nesses empréstimos, embora muitas vezes exista uma indexação com base nos preços dos produtos adquiridos. Por exemplo, o tomador de empréstimo para a construção de uma cisterna de placa deve devolver o valor necessário para que outra cisterna seja construída. Caso o preço do cimento aumente no prazo de pagamento do empréstimo, o tomador deverá pagar o valor de mercado na data da devolução.

Apesar de possuir condições financeiras aparentemente menos vantajosas do que as do crédito bancário oficial, a preferência dos agricultores por esses mecanismos se justifica pelos formatos alternativos que apresentam. A inadimplência nesses casos é praticamente inexistente, o que demonstra não só a capacidade de pagamento, como a responsabilidade para com a restituição do recurso.

Em seu artigo, o diretor de financiamentos e proteção da produção rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Mi-

nistério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, revela o contraste entre a flexibilidade e a adaptabilidade desses sistemas alternativos e a rigidez e uniformidade do crédito bancário. As linhas de financiamento dos bancos ainda não conseguiram se adequar às condições dos agricultores, em particular os que se colocam em trajetórias de transição agroecológica. A complexidade dos projetos, o dirigismo dos assessores e dos agentes financeiros, que impõem aquilo que acham mais interessante para o agricultor, a exigência de garantias (uma forma indireta de questionar a confiança no agricultor), tudo contrasta com as relações estabelecidas entre os tomadores e distribuidores de crédito nos exemplos alternativos.

O artigo do professor Jan Douwe van der Ploeg, da Universidade de Wageningen, na Holanda, apresenta essa questão do crédito em uma perspectiva histórica. Descreve a luta permanente da agricultura familiar camponesa por maior autonomia frente às forças externas ao seu meio social, isto é, os grandes proprietários, os mercados de insumos ou compradores de produtos e, finalmente, o mercado de capitais. Mostra que as opções técnicas adotadas podem favorecer essa autonomia ou, ao contrário, implicar em maior dependência e risco. Mostra também que os mecanismos de crédito bancário tendem a se contrapor à transição agroecológica, apontando para a importância da construção de sistemas de financiamento que superem essa contradição.

Em certa medida, o artigo sobre a mobilização de poupanças locais em comunidades rurais em Uganda é uma forma de responder à questão posta por van der Ploeg. Alfred Lakwo, diretor de programa da Agência para o Desenvolvimento Regional, demonstra que, apesar da notória pobreza das comunidades, um significativo volume de recursos foi mobilizado para a composição de fundos de crédito orientados a financiar investimentos de pequeno porte, acessíveis e capazes de capitalizar uma agricultura sem outras alternativas.

É evidente que as experiências de financiamento da transição agroecológica estão longe de ter avançado tanto quanto os próprios processos de transição em todo o Brasil. Como já foi apontado, esse financiamento foi desenvolvido principalmente a partir de iniciativas distantes dos créditos oficiais. Isso não quer dizer que os créditos Pronaf não estejam sendo amplamente valorizados nessa direção. Mas é preciso mudar muito as regras e os procedimentos para que eles se ajustem às peculiaridades de projetos orientados pelo enfoque agroecológico. Afinal, o emprego de autofinanciamento para a transição não é uma solução generalizável, já que a dificuldade para acumular capital muitas vezes torna os processos mais lentos, menos eficientes ou até inviáveis, o que leva à exclusão de uma parcela significativa de agricultores. Pode-se dizer, portanto, que lutar por um crédito amplo, flexível, acessível e simplificado é uma necessidade imperiosa para o futuro da Agroecologia e da agricultura familiar no Brasil.

Jean Marc von der Weid
coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA
Membro do CONDRAF
jean@aspta.org.br



Crédito solidário: apoiando a transição agroecológica no Sertão do Araripe (PE)

Burguivól Alves de Souza e
Giovanne Henrique Sátiro Xenofonte

Localizado no extremo oeste de Pernambuco, o Sertão do Araripe é uma das áreas mais secas do estado, apresentando períodos de estiagem que se estendem por seis a oito meses do ano. A cada dois anos, verificam-se estiagens durante os períodos chuvosos (invernos) e, a cada década, as secas adquirem maior intensidade, fazendo com que o período seco de um ano se prolongue e se encontre com o do ano seguinte.

Com a ausência de mecanismos de gestão de riscos climáticos, os agroecossistemas geridos pela agricultura familiar

na região tornam-se extremamente vulneráveis aos efeitos das secas periódicas e de duração imprevisível. Nessas condições, a economia das famílias agricultoras alterna ciclos de acumulação e de perda definidos pelas inconstâncias climáticas do bioma. Longe de ser uma condição determinada exclusivamente pela natureza, esse desempenho errático das economias camponesas na região se deve fundamentalmente à combinação de duas características marcantes dos agroecossistemas de base familiar: a pouca disponibilidade de terra, resultado de séculos de concentração fundiária; e a baixa ca-

pacidade de investimento das famílias agricultoras, por conta do elevado nível de pobreza.

A associação dessas duas características cria obstáculos para o desenvolvimento de estratégias produtivas mais sustentáveis, já que limita o acesso das famílias agricultoras aos recursos ambientais e dificulta a implantação de infraestruturas voltadas para a estocagem de recursos produtivos (água, forragens, sementes, etc.) necessários para a estabilização da oferta nos períodos de seca.

Esse contexto estrutural e historicamente definido por relações de clientelismo mantidas por grandes proprietários de terra vem sendo escamoteado pela visão determinista e fatalista acerca da influência do meio natural, legitimando assim a chamada *indústria da seca*, responsável pelos investimentos públicos em grandes obras de infraestrutura hidráulica em benefício exatamente dos latifúndios.

Romper com o enfoque do combate à seca e criar uma cultura de convivência com o semiárido é, talvez, a maior contribuição da Agroecologia ao desenvolvimento da região. A experiência da Carteira de Microcrédito Agroecológico e Solidário da ONG Caatinga aponta caminhos promissores para a mobilização de recursos materiais e conhecimentos para a reestruturação dos agroecossistemas familiares com base nos princípios da convivência com o semiárido.

Em 2007, essa iniciativa foi finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, despertando a atenção de instituições gestoras de crédito oficial.

A origem da iniciativa de financiamento da agricultura familiar

Os primeiros financiamentos destinados pelo Caatinga a famílias agricultoras foram realizados em 1987 com o aporte de recursos da Oxfam Novib. A ideia era multiplicar experiências de manejo agroecológico por meio da implantação

de diversas tecnologias que já vinham sendo testadas com sucesso por famílias da região, tais como o barreiro trincheira, a barragem subterrânea, a cisterna de placas e o fomento a atividades econômicas, como criação de pequenos animais (galinhas, porcos e cabras) e apicultura.

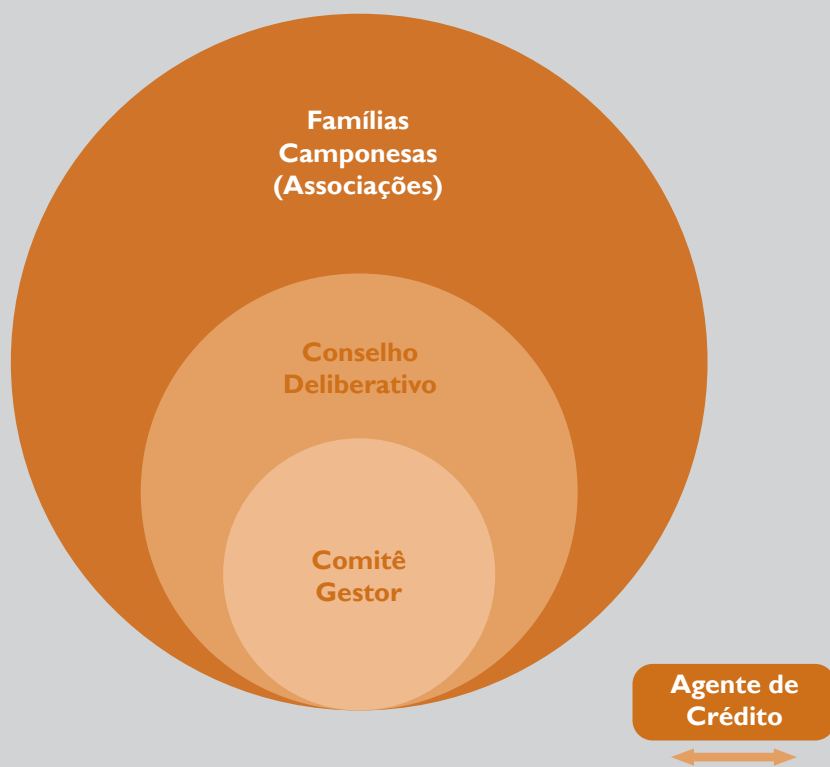
Essas iniciativas foram realizadas por meio de um sistema de fundo rotativo, no qual os recursos repassados às famílias deveriam retornar na forma de produtos – no caso de crédito a atividades produtivas – ou em dinheiro – quando se tratasse de obras de infraestrutura. A devolução dos recursos ao fundo permitia que outras famílias agricultoras fossem financiadas. Por meio desse mecanismo e do aporte contínuo de agências de cooperação e outras instituições – Oxfam Novib, Visão Mundial, União Europeia e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) –, os recursos do fundo foram aos poucos se multiplicando. Atualmente, o sistema é conhecido entre as famílias agricultoras pelo nome de Crédito Agroecológico e Solidário e compõe a Carteira de Microcrédito do Caatinga.

Além da evolução da experiência de gestão do sistema, o Caatinga teve a oportunidade de realizar intercâmbios com organizações que realizavam iniciativas similares. Como resultado dos aprendizados que colheu durante esses intercâmbios, o Caatinga deixou de se relacionar direta e individualmente com a família agricultora beneficiária e passou a fazê-lo por intermédio da associação que representava o conjunto das famílias. Esse procedimento permitiu o fortalecimento de uma base interinstitucional responsável pela solidez e legitimidade do sistema na região.

O funcionamento do sistema

Atualmente, a carteira é gerida por um Conselho Deliberativo composto por dois representantes de cada uma das 39 associações rurais dos municípios de Ouricuri, Bodocó, Santa Cruz e Santa Filomena, sendo um titular e um suplente, e quatro representantes do Caatinga. Entre outras atribuições, o conselho define a política geral e as estratégias de atuação da Carteira de Microcrédito, aprova critérios para a definição das condições de financiamento ao beneficiário final (taxas de juros, prazos e carências), delibera sobre a entrada de novas organizações e escolhe os membros do Comitê Gestor do Crédito, composto por nove representantes das 39 associações e três representantes do Caatinga. O comitê é uma instância de gestão que tem como competência analisar e deliberar sobre os projetos apresentados pelas associações e cooperativas credenciadas, mediante parecer dos agentes de crédito, e acompanhar a execução dos projetos de financiamento, capacitação do cliente (ver Figura).

Estrutura da Carteira de Microcrédito do Caatinga



A Carteira de Crédito Agroecológico trabalha atualmente com três linhas de financiamento:

a) Projetos de Infraestrutura – com taxa de 1,0% ao mês, os valores liberados vão até R\$ 1.500,00, no primeiro empréstimo, e até R\$ 3.000,00, do segundo em diante. Essa linha tem por objetivo melhorar a infraestrutura produtiva dos sistemas familiares e tem financiado itens como aprisco, barragens subterrâneas, barreiros lonados, caixas elevadas, cercas elétricas, entre outros.

b) Projetos Produtivos – essa linha tem por finalidade financiar atividades produtivas, como criação de caprinos, aquisição de colmeias e equipamentos apícolas, cultivos agroecológicos e campos de forragens. Financia projetos com os mesmos valores da linha anterior e adota taxa de juros de 1,5% ao mês.

c) Projetos Especiais – estão contemplados nessa linha os financiamentos a atividades de natureza específica e que não se enquadram nas duas linhas anteriores, inclusive a constituição de capital de giro. As taxas e os valores financiados são os mesmos da linha de Projetos Produtivos.

Família de Antônia e Iranildo, beneficiários do crédito agroecológico e solidário estimulado pelo Caatinga



Para que uma associação se integre à Carteira de Microcrédito, deve comprovar pelo menos seis meses de fundação e estar em dia com suas obrigações legais e estatutárias. Caso sua solicitação de ingresso seja aceita pelo Conselho Deliberativo, a associação recebe uma visita de representantes do Comitê Gestor e de um Agente de Crédito para que o mecanismo de funcionamento e as normas da carteira sejam apresentados.

O sistema funciona a partir da declaração de interesse em um financiamento por parte de um agricultor ou agricultora que esteja no mínimo há seis meses associado e em dia com sua associação. A associação analisa a proposta que, se for aprovada nessa primeira instância, é encaminhada para a Carteira de Microcrédito.

A fase seguinte corresponde a uma visita à família proponente por parte de um agente de crédito da carteira ou de um jovem Agente Promotor de Agroecologia¹ da comunidade. Nessa oportunidade, a proposta de financiamento é avaliada juntamente com a família por meio da elaboração de um estudo de viabilidade técnica-econômica do projeto, tendo como base uma análise do conjunto do agroecossistema e do impacto da contribuição do crédito para a transição agroecológica. Para auxiliar a realização dessa análise sistêmica, o agente se vale de algumas ferramentas/práticas participativas, tais como o desenho do mapa do sistema e dos fluxos entre os subsistemas e entre o agroecossistema e o meio externo.

¹ Os Agentes Promotores de Agroecologia são jovens de ambos os sexos, filhos(as) de famílias agricultoras, residentes nas comunidades rurais. A atribuição de um agente no sistema é acompanhar 30 famílias agricultoras em suas próprias comunidades e em comunidades vizinhas.

O caráter sistêmico dessa avaliação marca uma diferença determinante da carteira de microcrédito com relação aos mecanismos convencionais de crédito, uma vez que estes últimos analisam a viabilidade do projeto, tomando como referência unicamente a capacidade de geração de renda do subsistema específico diretamente financiado.

Em seguida, a proposta é encaminhada com o parecer técnico para análise do Comitê Gestor do Crédito. Caso seja aprovada, os recursos são liberados e a família agricultora recebe nova visita com o intuito de apoiar a implantação do projeto. Os projetos são acompanhados por meio de visitas realizadas por técnicos(as) da carteira de microcrédito e por representantes do Comitê Gestor da associação à qual a família está vinculada.

Alguns resultados

O volume de recursos movimentado pelo sistema já ultrapassa os R\$ 700 mil. Desse montante, 90% permanecem nas mãos das famílias. À medida que os recursos são devolvidos à carteira, novos projetos são financiados. Em 2009, 31% dos financiamentos foram orientados para projetos produtivos (criação de ovinos e bovinos) e 48% para melhoramento da infraestrutura, principalmente relacionadas ao estoque de água (cisternas) e forragens para os animais (silos). Do total das liberações, 48% foram acessadas por mulheres agricultoras.

O Crédito Agroecológico e Solidário é hoje um importante e consolidado referencial metodológico de financiamento da transição agroecológica, com evidentes exemplos de melhoria na qualidade de vida das famílias agricultoras e na sustentabilidade dos agroecossistemas. A experiência com a

Quadro - resumo das linhas de financiamento

	Infraestrutura		Produtivos		Especiais	
Investimentos	aprisco, barreiro lonado, poços rasos de aluviões, cacimbões		caprinos, ovinos, aves, apiários, cultivos agroecológicos		artesanato, capital de giro, máquinas (costura, ensiladeiras), carroças e equipamentos de tração animal	
Limites de crédito / pessoa	1º empréstimo até R\$ 1.500,00	A partir do 2º até R\$ 3.000,00	1º empréstimo até R\$ 1.500,00	A partir do 2º até R\$ 3.000,00	1º empréstimo até R\$ 1.500,00	A partir do 2º até R\$ 3.000,00
Taxa de juros	1% ao mês		1,5% ao mês		1% ao mês	
Prazos	Até 24 meses	Até 42 meses	Até 24 meses		Até 18 meses	Até 24 meses
Carência	Até 6 meses	Até 12 meses	Até 12 meses		Até 6 meses	Até 8 meses
Parcelas	Até 2	Até 6	Até 2	Até 4	Até 2	Até 4

Tabela – Número de propostas e valores liberados pela Carteira de Microcrédito do Caatinga

Ano	Propostas Liberadas	Valor Liberado (R\$)
2004	162	156.760,00
2005	23	19.600,00
2006	265	344.500,00
2007	174	241.900,00
2008	233	334.150,00
2009	147	206.300,00

gestão desse mecanismo de crédito tem ensinado que o fortalecimento da agricultura familiar sertaneja depende do investimento em tecnologias e práticas adaptadas às condições locais, obedecendo um cronograma de desembolsos financeiros. De fato, as unidades familiares que mais avançaram na transição agroecológica necessitaram acessar a carteira mais de uma vez, segundo uma lógica de investimentos predefinida (ver Quadro).

A experiência de Iranildo e Antônia

A família de Iranildo e Antônia possui uma propriedade de 21 hectares, no sítio Cal, a 25 km de Ouricuri. O casal acessou dois financiamentos da Carteira de Microcrédito Agroecológico e Solidário para melhorar a infraestrutura e incrementar as atividades produtivas de seu sistema. *Na propriedade, hoje temos um barreiro, cerca elétrica, silo e dei uma melhorada no meu rebanho*, diz Iranildo. O cultivo de milho, feijão, sorgo, capim de corte e do campo de forragem e a criação de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e galinhas proporcionam altos níveis de segurança alimentar e nutricional, já que cerca de 80% dos alimentos que consomem são produzidos no próprio sistema. Além disso, são fontes geradoras de renda agrícola para a família.

Nas palavras de Iranildo: *Depois que comecei a acessar o crédito nossa vida melhorou. Antes nós criávamos alguns animais, agora já crio de tudo um pouco. Minha produção aumentou e minha renda também. Eu era obrigado a trabalhar por diária de serviço para fazer a feira do mês, ganhando R\$ 100,00. Hoje já não trabalho mais para fora, uso todo o tempo para trabalhar na minha propriedade, me dando renda de R\$ 450,00 mensais, trabalhando pra mim.*

Para eles, o grande sonho é ver outras famílias da associação, da qual fazem parte desde 1995, adotando práticas agroecológicas, que respeitem o meio ambiente e que permitam que suas propriedades produzam alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para se alimentarem bem e terem uma renda que lhes conceda uma vida melhor no semiárido.

Aprendizados e desafios

Os financiamentos viabilizados pela carteira de microcrédito vêm permitindo às famílias aprimorarem e aumentarem a escala de aplicação de práticas que já adotavam anteriormente, assim como têm favorecido a introdução de tecnologias antes desconhecidas. Nesse sentido, o crédito vem apoiando a dinamização de processos de inovação local baseados na experimentação assumida pelos próprios agricultores.

Outro avanço proporcionado pela implantação do sistema na região foi o aprimoramento das capacidades de gestão dos recursos financeiros por parte das famílias beneficiárias e de suas organizações locais. Embora as taxas de juros adotadas sejam consideradas altas quando comparadas com aquelas cobradas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Famílias (Pronaf)², o volume de recursos da carteira de microcrédito vem aumentando e o índice de inadimplência tem se mantido baixo.

As famílias afirmam que preferem acessar os recursos do microcrédito pela relação de confiança que se estabelece entre as pessoas e pelo mecanismo de transação que, por ser desburocratizado, é capaz de se ajustar às realidades e características únicas de cada agroecossistema e projeto familiar. Essa é uma das razões pelas quais as famílias agricultoras se sentem ao mesmo tempo beneficiárias do financiamento e responsáveis pela carteira de crédito.

Um dos desafios identificados para a qualificação do sistema diz respeito à necessidade de apoio a práticas e ações que estimulem a organização de grupos e que valorizem as iniciativas coletivas, fomentando a solidariedade. Outra questão a ser considerada no futuro é a possibilidade de vincular essas experiências de financiamento das unidades familiares a um projeto mais amplo, abrangendo o desenvolvimento rural no âmbito do território. Isso implica extrapolar o debate sobre as políticas para além do crédito agrícola, incorporando o desafio de construir mecanismos de inserção da agricultura familiar nos mercados a partir dos princípios da economia solidária.

² Programa do Governo Federal com forte ação de crédito para as famílias agricultoras. O microcrédito do Pronaf, conhecido como Pronaf B, apresenta uma taxa de juros de 0,5% ao ano, financiando até R\$ 2.000,00 por operação, com prazos de até 24 meses e com até 12 meses de carência. Ainda apresenta um desconto de 25% de inadimplência no pagamento das parcelas.



Quase 50% dos créditos foram acessados por mulheres agricultoras

Com base nesses princípios e nos aprendizados da experiência vivenciada até o presente pelo Caatinga na gestão de sua carteira de crédito solidário, concluímos que o financiamento da transição agroecológica deve estar associado às seguintes condições:

- a) Uma gestão participativa, envolvendo beneficiários(as), instituições de assessoria técnica e educação rural e instituições financeiras.
- b) Uma assessoria técnica adequada e sistemática.
- c) Um processo contínuo de formação e informação.
- d) O acesso seguro à terra por meio da regularização fundiária.
- e) Políticas de comercialização e abastecimento.

Assim, o microcrédito, em conjunto com outras políticas públicas, tem se apresentado como importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que proporciona a inserção de famílias excluídas que podem, dessa forma, incrementar suas atividades produtivas.

Giovanne Henrique Sátiro Xenofonte
coordenador do Programa de Desenvolvimento Institucional e Inovação
giovanne@caatinga.org.br

Burguivól Alves de Souza
agrônomo educador
burguivól@caatinga.org.



Assembleia do Conselho Deliberativo: momento em que se define a política geral e as estratégias de atuação da Carteira de Microcrédito

A photograph of a man with dark skin and short dark hair, smiling warmly at the camera. He is wearing a black and white tank top with a pink floral pattern. He is leaning over a large, lush green plant, possibly a herb garden or vegetable patch. The background is filled with more green foliage, creating a sense of a healthy, thriving garden. The overall mood is positive and connected to nature.

Fortalecendo a economia solidária e a agricultura familiar: a experiência da Ascoob na Bahia

Clodoaldo da Silva Jorge

A Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob) foi criada em setembro de 1999 por cinco cooperativas de crédito rural presentes no semiárido e no litoral da Bahia. A criação da entidade foi inspirada nas práticas inovadoras do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e de movimentos sociais no campo, com o intuito de unir esforços para o cumprimento dos princípios do cooperativismo de crédito, tendo por base o fortalecimento da economia familiar rural. A Ascoob conta atualmente com 45 mil cooperados e cooperadas. As onze cooperativas a ela filiadas possuem pontos de atendimento em 36 municípios do estado presentes nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão, Recôncavo Sul, Piemonte da Diamantina, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, Irecê e Baixo Sul.

A associação tem sua atuação orientada por duas principais motivações. Em primeiro lugar, garantir a operacionalização eficiente das cooperativas de crédito rural, criadas e fortalecidas a partir de 1994 pelas organizações sociais do estado. Isso implica o desafio de prover as famílias rurais de acesso ao crédito seguro, sistemático e de baixo custo, em contraposição ao estilo operacional dos agentes financeiros tradicionais (bancos) que exclui os mais pobres. Em segundo lugar, visa constituir-se como uma frente de cooperativas para a efetivação de negociações coletivas por recursos junto aos agentes financeiros e ao governo federal, bem como difundir e expandir a utilização do microcrédito para as populações de baixa renda como instrumento de desenvolvimento sustentável.

Desde a sua criação, a Ascoob vem conquistando um expressivo alcance social e espacial, exercendo papel importante na articulação das cooperativas em torno a agendas comuns, tais como a melhor operacionalização do crédito e as negociações de recursos oficiais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para desempenhar suas funções, celebrou convênios com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Também tem atuado junto a redes da sociedade civil, com destaque para a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural das Organizações Não-Governamentais do Nordeste (Rede Ater/NE) e organizações em nível local e regional, nos municípios e estado, voltadas para a promoção da agricultura familiar e da economia solidária. Mantém ainda articulações nos âmbitos estadual e nacional com a Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (Ascoob Central), a Associação do Cooperativismo de Economia Familiar e Solidária (Ancosol) e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Maria Helena Souza: beneficiária do Pronaf e sua produção de hortaliças, Araci - BA

Abrangência e caracterização dos territórios de atuação

Nos territórios de abrangência da Ascoob, sobretudo no Território da Cidadania do Sisal, os problemas estruturais da sociedade causaram a degradação da vida humana na área rural, levando milhares de famílias à situação de extrema pobreza. Entre as principais dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda, destaca-se a falta de terra em quantidade e qualidade suficientes para a alimentação e a geração de renda. Somam-se a isso os impactos ambientais negativos gerados pela adoção de uma base tecnológica e produtiva oriunda da Revolução Verde.

No âmbito dos territórios, as políticas públicas implementadas são direcionadas para a estruturação de cadeias produtivas especializadas (caprinovinocultura, apicultura, leite, cacau, etc) e uma agricultura baseada na economia de escala, focada na produção empresarial. As políticas de crédito, em especial, têm induzido a essa especialização produtiva e à forte dependência de insumos externos aos agroecossistemas. Da mesma forma, a assistência técnica está diretamente vinculada aos projetos de crédito financiados pelos bancos.

A partir da década de 1980, as políticas de crédito e assistência técnica no Território do Sisal estimularam a implantação da cultura do sisal por considerá-la como única alternativa de produção e geração de renda, altamente atrelada a um mercado até então favorável. O processo de especialização produtiva desencadeado resultou, porém, na desestruturação dos agroecossistemas e na crescente vulnerabilidade das economias da agricultura familiar da região. Apesar dos resultados negativos dessa lógica de investimento, os programas estadual e nacional voltados para o desenvolvimento territorial permanecem incentivando a estruturação de cadeias produtivas especializadas, a partir, por exemplo, da distribuição de matrizes e reprodutores ovinos e caprinos.



Intercâmbio entre agricultores na comunidade de Lagoa do Terreiro, Baixa Grande - BA



Intercâmbio entre agricultores na comunidade de Duas Estradas, Araci - BA

A operacionalização do Pronaf

Praticamente todas as cooperativas filiadas à Ascoob têm ou já tiveram alguma experiência com financiamento, o que produziu efeitos significativos para a geração de renda, o emprego e a formação da cidadania, sobretudo quando as beneficiárias são famílias de baixa renda. Entretanto, a escala de atendimento era limitada, dada a restrição dos recursos disponíveis.

Cientes de que as cooperativas de crédito contribuem consideravelmente para o desenvolvimento da agricultura familiar e diante da necessidade da ampliação do volume de recursos para as famílias mais empobrecidas, a Ascoob celebrou convênios negociais Pronaf com o Banco do Brasil e o BNB, nos quais o crédito chega aos agricultores familiares acompanhado de um processo de assistência técnica.

Além de assegurar o dinamismo das atividades financeiras, sempre esteve em pauta a discussão sobre a capacidade de pagamento dos empréstimos nas reuniões da Ascoob. Nesse sentido, tratava-se de ter o cuidado de financiar projetos viáveis economicamente, de modo a garantir não só o progresso dos beneficiários, como também o reembolso dos recursos.

Esses projetos são operações de investimento com um valor médio de R\$ 4 mil. O reembolso pode ser feito em até oito anos, com até três anos de carência e juros que variam de 1% a 5%. Os projetos elaborados pelos(as) técnicos(as) de campo são negociados pelas cooperativas e recebem posteriormente a assessoria técnica da Ascoob.

Para a operacionalização dos projetos pelo Banco do Brasil, são disponibilizados os aplicativos *Cadastro Massificado Rural (CMR)* e *Canal Facilitador de Crédito (CFC)*, que possibilitam o envio de arquivos pelas cooperativas filiadas para as agências do banco operadoras do convênio.

Apesar dos avanços em relação à democratização do crédito rural e à expansão do microcrédito produtivo, as ações desenvolvidas pelos(as) técnicos(as) e os próprios projetos continuavam com a mesma roupagem do modelo convencional, ou seja, enfocados no financiamento de insumos e, conseqüentemente, gerando dependência externa. A assessoria e o crédito eram concebidos a partir de um enfoque parcial sobre os agroecossistemas de base familiar e, na mesma ótica dos agentes financeiros oficiais, visavam exclusivamente estimular a produção de escala sempre atrelada à lógica do mercado. Dessa forma, as complexas relações sociais, econômicas e ecológicas responsáveis pelo funcionamento dos agroecossistemas não eram consideradas como referenciais de análise.

Em 2003, a partir do espaço de interação e aprendizagem proporcionado pela Rede Ater/NE, diversos processos foram desencadeados, em particular, os módulos de formação sobre construção do conhecimento agroecológico. Essas atividades levaram o departamento de assistência técnica da Ascoob a realizar profunda reflexão relacionada às características necessárias para o financiamento dos agroecossistemas familiares. Assim, a extensão rural convencional com foco na modernização e especialização da agricultura vem sendo substituída por processos educativos alicerçados em uma prática dialógica e pedagogicamente construtivista, tendo em vista as novas demandas e complexidades sociais correntes no meio rural.

A partir dessa nova compreensão, do enfoque sistêmico e holístico, da Agroecologia como norteadora das ações, do foco nas famílias e nas suas condições socioprodutivas e da incorporação de jovens e mulheres, os departamentos de Ater, crédito, educação e microfinanças passaram a conduzir ações conjuntas e integradas na perspectiva de pensar o desenvolvimento não apenas no âmbito das unidades familiares, mas, sobretudo, fomentando processos de desenvolvimento comunitário. Assim, na base de cada cooperativa de crédito filiada são organizados os Departamentos de Desenvolvimento Comunitário (DDCs), por meio dos quais educadores(as), técnicos(as) e agentes de crédito planejam e executam atividades de sensibilização, educação, gestão das unidades familiares, organização da produção, valorização e interação dos conhecimentos dos agricultores e promoção da cidadania.

Com o objetivo de superar os paradigmas convencionais que orientam os projetos de assessoria técnica e crédito, a Ascoob intensificou o debate com as instituições financeiras no sentido de viabilizar projetos orientados pelo enfoque agroecológico. Dessa forma, a assessoria técnica passou a identificar as tendências evolutivas dos sistemas e as estratégias das famílias agricultoras para conceber os projetos de crédito como instrumento de apoio à estruturação de agroecossistemas segundo os princípios da convivência com o semiárido. Difere, portanto, do sistema oficial de crédito, que difunde o modelo impulsionado pela Revolução Verde com uma concepção reducionista que ainda persiste na mente de muitos técnicos(as) e, infelizmente, também na de muitos agricultores e agricultoras.

O diálogo da Ascoob com as instituições financeiras, em especial com a Superintendência do Banco do Brasil e as agências operadoras dos convênios negociais, tem sido capaz de promover inovações nos projetos por meio da incorporação de itens – objetos de financiamento – antes ausentes nas bases de dados do banco, tais como cisternas (placas e calçadão), equipamentos de tração animal e financiamento da mão de obra familiar. Dessa forma, vem sendo possível substituir a lógica estreita das planilhas vinculadas a produções específicas.

Metodologia e estratégia

A elaboração de um projeto de crédito se inicia com um diagnóstico participativo envolvendo as famílias em todos os processos de *planejamento da propriedade*. Como primeiro passo, os agricultores familiares desenhavam sua propriedade tal como se apresenta na atualidade. Representam os roçados, as instalações, as fontes de água e de forragem, as áreas de vegetação nativa, entre outros elementos estruturais do agroecossistema. No segundo momento, é feito um novo desenho com a propriedade *do jeito que eles gostariam que fosse*.

É por meio do desenho que a família indica seu projeto estratégico e o que cada membro pode fazer para aproveitar melhor os recursos da unidade familiar. Assim, as interpretações do primeiro desenho da propriedade, as reflexões complementares e, evidentemente, a participação efetiva de todos os membros da família tornam possível obter um diagnóstico

mais fiel da realidade. E, munida com essas informações, a assessoria técnica contribui para a elaboração de projetos de crédito voltados a reorganizar os agroecossistemas.

O desenho da *propriedade do futuro* explicita objetivos estratégicos que podem ser visualizados por meio da composição do sistema idealizado, seus subsistemas e interações. Ajuda também a identificar potencialidades e limitações e definir arranjos locais a serem experimentados tendo em vista a promoção de melhores níveis de segurança alimentar e renda, bem como a sustentabilidade ambiental.

O financiamento do agroecossistema passa a ser então concebido com base em percepções compartilhadas com as famílias. As inovações técnicas e as infraestruturas financiadas são incorporadas a partir de uma visão mais clara sobre suas funções sistêmicas.

A assistência técnica é realizada de forma sistemática por meio de reuniões, oficinas e intercâmbios. Nessas ocasiões, busca-se promover a reflexão sobre as diferentes práticas realizadas pelos agricultores e agricultoras, tendo em vista a sustentabilidade e a autonomia dos agroecossistemas. Dessa forma, a assessoria aos agricultores e suas famílias não está apenas vinculada ao projeto de crédito, mas ao enfoque sistêmico aplicado a projetos de transição agroecológica.

Resultados alcançados

Além de assegurar a estruturação e o dinamismo dos agroecossistemas financiados, os projetos têm conseguido garantir o reembolso dos recursos. Isso pode ser comprovado pelo nível de inadimplência das operações do Pronaf das famílias que ter se mantido abaixo de 2%.

Para medir o grau de evolução da renda das famílias beneficiadas é primeiramente definido o *marco zero*, que corresponde ao perfil verificado no momento que antecede a implantação do projeto financiado. Em seguida, são realizados diagnósticos periódicos. Esses exercícios procuram evidenciar a situação das famílias considerando aspectos como renda, produção, relações sociais, alimentação e saúde em diferentes momentos. Dessa forma, espera-se aferir os efetivos resultados dos financiamentos sobre as condições de vida das famílias agricultoras.

Percebe-se, portanto, que com o acesso ao crédito e à assistência técnica os agricultores e agricultoras vêm conseguindo estruturar os seus sistemas, o que tem lhes auxiliado no aprimoramento dos manejos técnicos empregados em suas propriedades. Além disso, é importante destacar que os resultados desse processo extrapolam o plano meramente econômico, já que também são notáveis os avanços em termos de inclusão social.

Clodoaldo da Silva Jorge
técnico em Agropecuária
coordenador do Departamento de Ater
e Crédito da Ascoob
clodoaldo@ascoob.org.br

A man wearing a straw hat and a yellow shirt is crouching in a field. He is surrounded by lush green plants, including agave and pineapple. The background shows a dense forest under a blue sky with white clouds. A solid yellow shape is in the top left corner.

O crédito rural do Pronaf e a transição agroecológica: a visão governamental

João Luiz Guadagnin

Nos últimos anos, as várias linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) têm apoiado cada vez mais agricultores familiares que se dedicam à produção de base ecológica. O número desses produtores agroecológicos já é expressivo, embora não conhecido. Eles são impulsionados pelos objetivos de aproveitar melhor os recursos naturais renováveis, diminuir a dependência de insumos externos, produzir com menores custos, gerar maiores rendas, otimizar o trabalho familiar e diminuir os riscos à saúde de suas famílias e dos consumidores.

Por outro lado, operadores do crédito rural, desde agentes financeiros a prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), têm procurado incentivar a adoção de métodos produtivos que sejam orientados não só ao aumento de produtividade, mas também à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais. Também se verifica hoje a disposição e o empenho conjunto de órgãos de governo e de organizações de agricultores para que os investimentos financiados sejam mais bem aproveitados.

Se essa realidade existe, cabe perguntar por que o número de agricultores familiares que se dedicam à produção de base ecológica e que utilizam o crédito rural do Pronaf continua, aparentemente, pequeno e não conhecido? O que fazer para aumentar esse número? Qual a possibilidade (e necessidade) de acesso ao crédito rural do Pronaf pelos agricultores familiares que se dedicam à produção agroecológica?

Avaliando e planejando

A avaliação da necessidade e da pertinência da obtenção de financiamento é a primeira condição para que o crédito rural possa ajudar os produtores de base ecológica ou os que estão implantando processos de transição agroecológica em suas propriedades. A família deve pensar como irá empregar os recursos que serão emprestados. Para esses produtores, o crédito rural só será útil se aperfeiçoar

o sistema de produção, reduzindo custos, racionalizando o trabalho e diminuindo a sua penosidade, auxiliando na utilização sustentável dos recursos naturais e contribuindo para o aumento da produção e da renda da família. Ou seja: o crédito rural sempre deve ser precedido de um planejamento. E, nesse processo, é muito importante que todas as pessoas da família participem da construção do plano de utilização dos recursos.

Enquanto a família estiver discutindo as vantagens do uso do crédito rural e como será empregado o dinheiro do financiamento, deve trocar idéias com os vizinhos e buscar apoio técnico da extensão rural para visualizar melhor o que está sendo planejado. Por meio de suas reflexões e dos diálogos, será possível avaliar se o plano é viável técnica e economicamente, analisando, entre outros, os itens a seguir:

1. A extensão da terra que a família possui e o número de pessoas que irão trabalhar são compatíveis com o que será produzido?
2. Com relação ao mercado, é importante considerar O que será produzido? Para quem a produção será entregue? Como será feita a comercialização?
3. O preço previsto para a época da venda cobrirá as despesas, mais o financiamento do banco e, ainda, deixará receitas para a família?
4. A habilidade e o conhecimento das pessoas da família atendem os requisitos para produzir o que está sendo planejado?
5. As ferramentas, máquinas, animais e outros bens que a família possui são suficientes e adequados para o que vai ser produzido e para a tecnologia que será empregada?
6. Os recursos naturais da propriedade, aguadas, o solo, sua fertilidade, topografia e profundidade, a quantidade e época das chuvas, entre outros, permitem a exploração do que está sendo planejado?
7. Em que o crédito rural apoiará? Que vantagens terá a família ao utilizar o financiamento rural do Pronaf?

Sistema diversificado de produção: base para a construção da autonomia



Qualidade do produto: resultado de uma produção com cuidado

Diálogo com os agentes financeiros

O bom diálogo entre a assessoria técnica das famílias que se dedicam à produção de base ecológica e os agentes financeiros é decisivo. Conseguir crédito é merecer confiança. Dar crédito é confiar. Os bancos decidem se concedem ou não o financiamento do Pronaf analisando as informações passadas pelo técnico a partir de três fatores: o histórico do agricultor, a capacidade de endividamento/pagamento da unidade familiar e a viabilidade econômica do projeto.

Os agricultores que sempre pagaram em dia as suas contas no banco e no comércio e não têm dívidas em atraso são considerados bons pagadores. Na terminologia oficial, diz-se que estão *negativados*.

Em seguida, os bancos realizam a análise da capacidade de pagamento, que é a condição ou habilidade apresentada por um tomador de crédito para pagar seus compromissos. Com base nas informações técnicas, avaliam se a atividade que o agricultor quer financiar será capaz de gerar renda suficiente para saldar as parcelas do empréstimo e ainda gerar receitas para a família. Nesse cálculo, o banco busca averiguar a viabilidade econômica do projeto, levando em consideração o valor do financiamento, a capacidade de produção da unidade familiar, as despesas previstas e receitas esperadas com a venda da produção. Analisa também se os cálculos do projeto estão condizentes com a realidade de custos e de receitas normalmente obtidas no município ou região.

No momento da contratação dos financiamentos, os bancos podem solicitar ao agricultor que apresente garantias. Elas servem para reduzir o risco de inadimplência, que é o

não pagamento dos empréstimos. Ao mesmo tempo, elas são uma forma do agricultor assegurar ao banco que cumprirá com os compromissos assumidos perante o crédito.

No caso do Pronaf, as garantias mais utilizadas são o penhor de safra, o aval, a adesão ao Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), também conhecido como Proagro Mais, o penhor ceder e a alienação fiduciária do bem financiado. Para definir que tipo de garantia será solicitado, é feita uma negociação entre o agricultor e o banco.

Os agricultores familiares que contratam financiamentos no Pronaf demonstram grande empenho no cumprimento de seus compromissos com os bancos. Quando a inadimplência ocorre, geralmente ela se deve a fatores que estão fora do controle dos agricultores, como a diminuição dos preços dos produtos ou a ocorrência de fenômenos climáticos adversos.

O papel da assistência técnica e extensão rural (Ater) no financiamento rural

O agricultor familiar faz planos e avalia sua atividade de forma permanente. A partir da análise de sua experiência anterior, a família estabelece projetos para o futuro. O extensionista rural é um auxiliar nas ações de planejamento. Nesse sentido, apoia a família na avaliação do papel que o financiamento rural poderá cumprir na transição agroecológica. Para tanto, é importante que se considere o impacto das iniciativas financiadas sobre o conjunto do sistema produtivo. Dentre as questões a serem analisadas, destacam-se:

- Será necessário algum tipo de capacitação para a família para que a atividade financiada ou o empreendimento dê certo?



Fartura e diversidade: expressão da lógica de produção da agricultura familiar



Artesanato: gerando renda e valorizando a agrobiodiversidade

- A capacidade gerencial da família é suficiente?
- Há mercado para o que vai ser produzido?
- Qual deverá ser o preço mínimo que será solicitado pelos produtos para que as despesas sejam salgadas e para que receitas sejam geradas?
- Qual será o impacto das atividades financiadas sobre o solo, a água e a vegetação nativa da propriedade?
- Qual será a mudança na rotina de trabalho da mulher e dos filhos com as novas atividades?
- A tecnologia necessária está disponível e ao alcance da família?

No entanto, o sucesso dos projetos de financiamento não depende apenas de um bom planejamento segundo critérios técnicos e econômicos. É necessário que o serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) tenha continuidade nas fases de implantação e de execução. Um serviço de Ater, portanto, exige a participação de profissionais competentes, que conheçam os princípios da Agroecologia e dominem seus métodos de manejo técnico, além de saberem ouvir e dialogar com as famílias agricultoras.

A prestação de serviços de Ater não se deve limitar à concessão dos financiamentos rurais, já que seu objetivo é apoiar o desenvolvimento econômico e sociocultural das famílias e da comunidade como um todo. Os técnicos extensionistas devem informar e capacitar as famílias agricultoras para que acessem as demais políticas públicas, especialmente as de comercialização e seguro multirisco, tais como o Seguro da Agricultura Familiar (ou Proagro Mais) e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

Para que a Ater seja desenvolvida com essa perspectiva ampla, necessita desenvolver relações com as famílias e comunidades rurais que sejam pautadas em enfoques participativos e que empreguem uma visão sistêmica das unidades familiares e do território, respeitando e potencializando os saberes locais existentes.

Limites e desafios

Apesar dos avanços verificados, é preciso reconhecer e identificar quais as limitações ou deficiências que devem ser superadas para efetivamente fortalecer a agricultura familiar agroecológica, entre elas:

- O planejamento das unidades familiares raramente ocorre nos processos de concessão dos financiamentos do Pronaf. Da forma como são elaborados atualmente, os projetos de crédito só cumprem a finalidade de viabilizar a obtenção do financiamento, não contribuindo para o planejamento sistêmico de toda a unidade familiar.
- Necessidade de superação da lógica de financiamento focada em um produto específico.
- A legislação do Pronaf não exige fiscalização das operações, ficando essa ação a critério dos agentes financeiros.
- Os agentes de Ater e os agentes financeiros possuem aplicativos (*softwares*) próprios que não são integrados, o que gera dificuldades no envio de informações e implica um trabalho redobrado.
- Os aplicativos em uso não permitem o georreferenciamento das unidades de produção, do uso atual e projetado do solo, do mapeamento de passivos ambientais, etc.
- Na metodologia atual, o técnico possui pouco compromisso com as metas de adequação ambiental, renda e adimplência das famílias.
- Os técnicos, os bancos, os movimentos sociais e o governo federal têm poucas informações e ferramentas que permitam avaliar o desempenho do programa quanto ao atendimento das metas.
- São pequenas ou inexistentes as condições para avaliação do atendimento dos objetivos do crédito rural, especialmente quanto ao incentivo à transição agroecológica.

João Luiz Guadagnin

diretor de financiamentos e proteção de produção do
Ministério do Desenvolvimento Agrário
joao.guadagnin@mda.gov.br

Fundos rotativos solidários: instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba

Ghislaine Duque,
José Waldir de Sousa Costa e
José Camelo da Rocha



s Fundos Rotativos Solidários (FRS) são formas de organização que permitem às comunidades constituírem poupanças coletivas a partir de recursos localmente rateados ou de apoios de cooperação externa. A aplicação dos recursos e sua sucessiva reposição para novos investimentos seguem modalidades e ritmos decididos pela própria comunidade. Um agricultor assim traduziu o princípio ético e o mecanismo que rege o sistema: *O benefício que eu recebi, vou me esforçar para que outros também possam recebê-lo*. Esse movimento de aplicação, reposição e reinvestimento obedece a uma lógica de solidariedade característica de comunidades camponesas.

De fato, os FRS nasceram das vivências tradicionais de reciprocidade que levam, por exemplo, qualquer agricultor ou agricultora a compartilhar a água de beber – porque *no sertão, água não se nega* –, ou a criar seus animais em áreas de pastagens comuns (os fundos de pasto), ou ainda a ajudar uma família carente a adquirir uma cabra para dar leite ao filho e começar a sua criação. Também são exemplos dessa lógica os mutirões para a construção ou manutenção de bens comuns (estradas, açudes, poços) ou em benefício a famílias que necessitam de ajuda para colher os roçados ou reformar suas casas. Essas práticas coletivas conferem melhoria na qualidade de vida e dignidade a milhares de famílias camponesas no semiárido brasileiro. É nesse sentido que os FRS revelam-se como poderoso instrumento de economia comunitária, a serviço do desenvolvimento autocentrado pautado na Agroecologia.

As primeiras experiências de Fundos Solidários

Os Fundos Solidários têm longa história no Brasil, mas foi a partir dos anos 1980 que ganharam força junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias ligadas a diversas igrejas. O primeiro fundo solidário da Paraíba surgiu em 1993, na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade. Esse primeiro projeto foi financiado pela *Catholic Relief Service* (CRS), em convênio com o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho foi assumido pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Soledade e com a paróquia local. O objetivo era criar uma forma de disponibilizar recursos financeiros para a construção de cisternas de placas. Essa comunidade foi escolhida porque era muito populosa e tinha grande deficiência de infraestruturas para captação e armazenamento de água.

Inicialmente, os promotores desses primeiros FRS tinham em mente uma estratégia voltada à multiplicação de

recursos financeiros para que a demanda de cisternas das comunidades fosse atendida. O contexto era marcado por grave crise de abastecimento de água resultante de uma seca que já durava alguns anos. A situação era emergencial, uma vez que não se tratava mais de salvar os rebanhos, mas sim vidas humanas. Os pequenos açudes nas áreas rurais e mesmo o grande açude da cidade de Soledade estavam vazios. Os carros-pipas vinham de outras regiões para abastecer a cidade e as comunidades rurais, onde a situação era mais crítica. Como elas não possuíam reservatórios, a água era despejada em locais de pedra ou até em barreiros, onde pessoas e animais amontoavam-se à espera da água que chegava de uma a duas vezes por semana.

Ao saber da existência das cisternas redondas feitas com placas de cimento armado, mais baratas quando comparadas às cisternas convencionais de alvenaria, o STR de Soledade empenhou-se em um projeto para viabilizar esse equipamento para as famílias e comunidades rurais do município. Mas a questão que então se colocava era: como atender a todas as famílias se só havia recursos para a construção de sete unidades? Para solucionar o problema, optou-se por implantar um sistema de consórcio fundado na formação de grupos para a gestão dos recursos disponíveis.

Para que a comunidade tomasse conhecimento da tecnologia e de sua forma de construção, a primeira cisterna foi feita em regime de mutirão no salão comunitário. Os recursos correspondentes às outras seis cisternas foram geridos em sistema de consórcio por seis grupos de cinco famílias. No momento em que cada grupo tivesse suas cinco cisternas construídas e o fundo de investimento original fosse recomposto, outro grupo de cinco famílias era criado para a gestão desses recursos. Por meio desse procedimento, todas as 90

Agricultor Carlos contribui para o fundo rotativo para a aquisição de esterco. Comunidade de Furnas, Areial-PB



Casal de agricultores de Picuí-PB apresenta suas estruturas financiadas por meio dos fundos rotativos solidários: duas cisternas de placas para captação da água de chuva e um banheiro redondo

famílias da comunidade conseguiram suas cisternas. Além disso, os recursos iniciais se mantiveram disponíveis para novos investimentos na comunidade.

A sistemática dos primeiros Fundos Rotativos¹

Após entendimento com a comunidade, certa quantia de dinheiro correspondente ao valor do material de uma ou duas cisternas² foi emprestada a um grupo de famílias que se comprometeu a devolver o empréstimo segundo as modalidades e o ritmo definidos em conjunto. A primeira família a ser beneficiada foi sorteada e o trabalho de construção foi realizado coletivamente, pelo sistema de mutirão. À medida que o volume das devoluções permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas eram construídas. Quando todas as famílias do grupo obtinham suas cisternas, as últimas

parcelas eram devolvidas ao Patac, que reiniciava outro grupo, que poderia ser ou não da mesma comunidade.

Após a construção de pelo menos uma cisterna para cada família da comunidade de Caiçara, vários outros bens e benfeitorias foram adquiridos e/ou construídos com os recursos e o mecanismo dos FRS. Dentre eles, destacam-se: arame para cercas, barragens subterrâneas, campos de palma forrageira, animais, etc.

Os FRS como impulsionadores da transição agroecológica

Para avançar na transição agroecológica, as famílias necessitam de condições materiais para estruturação de seus sistemas de produção. Embora exista a possibilidade de obter recursos por meio das linhas de crédito oficial, nem sempre as famílias conseguem responder às exigências burocráticas dos bancos. Nesse sentido, os FRS apresentaram-se como mecanismos de financiamento mais acessíveis.

A experiência na Paraíba permite que seja identificada uma série de atividades essenciais para a transição agroecológica viabilizadas pelos FRS: diversas formas de armazenamento de água (cisternas, tanques de pedra, cacimbas, barragens

¹ Descrição feita por Maria do Socorro de L. Oliveira em sua dissertação de mestrado: "Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários" (UFCG, 2006).

² Uma cisterna de três metros de diâmetro e 2,40 metros de altura exige 20 sacos de cimento, 34 kg de ferro, 8 kg de arame, 33 kg de zinco, 200 latas de areia (geralmente encontrada no local), 50 latas de brita, 5 kg de cal e 12 metros de canos de PVC.

subterrâneas, etc.) e de forragem (silagem, fenação, farelo); preservação das sementes crioulas (Bancos de Sementes da Paixão, como são chamadas na Paraíba); os mutirões; hortas coletivas e a compra de arame, telas, palma e animais.

Com a disponibilidade de água perto de casa, as famílias avançam no processo de transição, passando a adotar um novo modo de se relacionar com a natureza na gestão técnica do sistema produtivo. A diversificação da produção (associando plantas frutíferas, medicinais e forrageiras), o investimento no beneficiamento das frutas, a abertura de canais de comercialização local (feiras livres, por exemplo), o armazenamento de forragens e o aprimoramento dos sistemas de pequena criação vêm contribuindo para a segurança alimentar das famílias e a geração de renda. Além dos resultados econômicos, os FRS proporcionam condições para a elevação da autoestima e a revitalização da vida comunitária (ver Quadro).

A experiência de gestão local dos FRS promove também o fortalecimento da autonomia da comunidade. Daí uma relação nova entre os próprios produtores e entre os produtores e os mediadores – que não é mais de subordinação, mas de troca de saberes entre iguais. O resgate dos saberes tradicionais permite que os *agricultores-experimentadores* adaptem orientações técnicas a seus próprios ecossistemas, respeitando sua herança cultural. Cria-se um clima de reflexão crítica e aprendizagem coletiva por meio de um movimento de *vai-e-vem* (encontros, debates, boletins, relatórios) entre diferentes escalas (do nível local ao nacional e do nacional às comunidades locais). Por meio desse processo, as experiências bem-sucedidas são valorizadas e se tornam referências para inspirar a formulação de propostas de políticas públicas.

Testemunhos recolhidos em reuniões de avaliação dos FRS

Quando tem uma reunião, as pessoas dos FRS são as primeiras a chegar. Os FRS mudam o espírito das pessoas. Elas começam a se engajar.

A partir da nossa organização, nós criamos uma associação de pequenos produtores e, todo segundo domingo, temos reuniões. Isso surgiu a partir do trabalho com os Fundos Rotativos.

Facilitou a aproximação entre os membros da comunidade e com os membros das comunidades vizinhas.

O que chamou a atenção foi a discussão do pagamento. Então o pessoal parecia ter o pé no chão: a gente vai receber a cisterna, mas a gente vai pagar por ela. Isso pra gente foi uma das novidades do projeto: discutir economia com quem não tem boas condições econômicas.

A gente se reuniu. Nós convidamos aqueles agricultores que são diaristas, que trabalham diariamente para sobreviver do roçado. Fizemos uma reunião com eles e discutimos: vocês têm o interesse de fazer cisterna? Todos eles responderam: “Tenho! Mas eu não tenho condição de pagar.”

Aí começamos a perceber que tinha situações diferentes dentro da comunidade. Aí alguns pagam 10 reais, outros só 5 reais por mês.

Na minha comunidade, o teto da casa de uma pessoa carente caiu num forte inverno. Essa pessoa tinha muitos filhos pequenos que ficaram ao relento. Aí nós, do grupo dos FRS, nos reunimos e decidimos que deveríamos pegar o dinheiro em caixa para ajudar essa pessoa a construir seu telhado.

Mudou a maneira das pessoas pensarem. Deixaram de ser individualistas, estão se organizando mais.

No meu grupo foi exigido que fosse feita em primeiro lugar uma cisterna para uma pessoa que tinha muita dificuldade.

O que mudou foi o compromisso. É como o embrião da organização na comunidade.

A disseminação dos FRS na Paraíba

Em avaliação realizada em 2003, definiu-se que a própria comunidade de Caiçara deveria administrar o FRS. Dessa forma, as devoluções não passariam mais pelo Patac, que até então vinha assumindo a função de instituição mediadora do processo. Posteriormente, quando todos os grupos da



Mutirão para limpeza de roçado, prática tradicional de solidariedade

comunidade foram beneficiados, uma nova redistribuição foi organizada por um coletivo de representantes de todas as comunidades do município. Em seguida, esse coletivo ampliou-se com a integração de representantes de comunidades de nove municípios vizinhos.

O sistema de FRS difundiu-se por todo o estado por meio das organizações que compõem a Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA-PB), uma rede criada em 1993 que reúne comunidades, paróquias e ONGs com o objetivo de elaborar, defender e implementar ações de convivência com o semiárido a partir do enfoque agroecológico.

Com a irradiação das iniciativas pioneiras de FRS, milhares de famílias de mais de 1.800 comunidades de 140 municípios da Paraíba chegaram a participar e gerir sistemas semelhantes. Além da multiplicação do número de grupos gestores de FRS, cresceu também a diversidade de ações financiadas e modalidades de gestão. Como define José Maciel, da Comunidade de Caiçara: *Este é o jeito da gente crescer em comunidade.*

Uma questão delicada: a contestação da legalidade dos FRS

Após as etapas de preparação e aprimoramento dos instrumentos de gestão, foi assinado um termo de parceria com

o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o financiamento do Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC). Nesse momento, a ASA-PB já vinha multiplicando cisternas pela dinâmica dos FRS há 10 anos. Todos estavam convencidos de que a convivência com o semiárido cobrava a estruturação das propriedades familiares para aumentar suas capacidades de estocagem de água para os variados usos, que vão desde o consumo das famílias e dos animais até a produção agrícola.

O acesso à cisterna abria a porta para a reestruturação dos sistemas produtivos. Entretanto, mais do que a infraestrutura em si, era o mecanismo de regulação coletiva dos FRS e os seus desdobramentos em termos de dinamização de processos sociais locais os responsáveis pela criação de condições para a multiplicação dos

recursos financeiros e a produção e a circulação de conhecimentos, duas condições essenciais para a transição agroecológica.

A implantação do PIMC abriria a possibilidade de multiplicação e consolidação dos FRS por todo o estado. No entanto, durante uma visita da Controladoria Geral da União (CGU), em 2004, a proposta de emprego dos FRS para a implementação do programa foi legalmente questionada, embora o mecanismo fosse elogiado como prática educativa. A questão que se colocava era: como aceitar que os beneficiados *pagassem* pelas cisternas, uma vez que o PIMC era financiado com recursos do governo federal aplicados a fundo perdido? Em resposta a essa indagação, as famílias afirmavam com orgulho que pagariam para que outras famílias pudessem ser beneficiadas. Além disso, argumentaram que esse *pagamento* seria destinado à constituição de fundos geridos pelas próprias comunidades, e não para ressarcimento ao governo ou às instituições mediadoras. Mas nem isso foi suficiente para demover as convicções dos técnicos da CGU.

Diante desse bloqueio de ordem legal, não foi possível dar sequência, através do PIMC, ao processo de disseminação de cisternas no estado por meio de FRS. Durante certo tempo, essa impossibilidade de emprego dos recursos públicos para a formação de novos FRS gerou muitas dificul-

dades à dinâmica da ASA-PB, que decidiu então encomendar um parecer jurídico sobre a legalidade dessa prática. Como resultado, confirmou-se o respaldo legal dado pelo Código Civil e pela própria Constituição, que reza a necessidade de *construir uma sociedade livre, justa e solidária*. Mas pairava ainda a dificuldade de emprego de recursos públicos para esse fim.

Esse impasse legal também vinha sendo debatido por outras entidades da sociedade civil de todo o país.³ O próprio Governo Lula vinha incentivando o desenvolvimento da Economia Popular Solidária, referendada como política pública, por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE). A secretaria criou um grupo de trabalho ao qual foram apresentadas as experiências de FRS na Paraíba como modalidade de economia solidária até então não considerada. Foi a partir desse debate que o grupo de trabalho propôs a criação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (Papps) para expandir e fortalecer as iniciativas de fundos rotativos.

Dois editais abertos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) selecionaram 50 projetos, atribuindo recursos do MDS, do MTE e do BNB da ordem de cinco milhões de reais. Um Comitê Gestor do Papps foi criado e, em fevereiro de 2007, organizou um primeiro seminário nacional. Entre seus

³ Entre essas entidades, podemos citar a Pastoral da Criança, a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade.



Jovens beneficiários do fundo rotativo de animais, comunidade de Caiçara, Soledade-PB



Os fundos rotativos solidários permitem que as mulheres agricultoras incrementem suas atividades produtivas: dona Lindalva aumentou sua criação de galinhas com aquisição de telas para construção do galinheiro

resultados, uma carta política recomendava a construção de um programa nacional de apoio permanente aos FRS.

Estabeleceu-se dessa forma uma situação dúbia: enquanto o Tribunal de Contas da União (TCU) não admitia a alocação dos recursos do PIMC para a formação de FRS destinados à construção de cisternas, um projeto liderado pelo MTE e com recursos do BNB fomentava os FRS.

Para resguardar, divulgar e fortalecer suas experiências com FRS, a ASA-PB produziu um conjunto de materiais de comunicação, como cartilhas, boletins, manual e um vídeo intitulado *Cordel dos Fundos Solidários* que, a partir de depoimentos dos próprios agricultores e agricultoras, apresenta variadas formas de organização comunitária na gestão dos fundos. O vídeo vem sendo nacionalmente divulgado e serviu como subsídio para fomentar o debate junto aos ministérios envolvidos e à Advocacia Geral da União (AGU).

Dada a relevância já demonstrada pelas iniciativas de FRS, a ASA propôs a elaboração de um parecer por um jurista reconhecido⁴ sobre a legalidade do uso de recursos públicos para a constituição de FRS. O parecer foi taxativo: nada impedia essa prática. Pelo contrário, lembrava que a ideia de promoção da cidadania, deixando para trás o assistencialismo, consubstanciada na exigência de contrapartida por parte das famílias e dos grupos beneficiados, era amplamente aceitável, uma

vez que a própria Constituição Federal estabelece que *a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo*.

Esse parecer foi discutido numa oficina organizada pela Escola da AGU com a participação da própria CGU e de vários ministérios. Nessa oportunidade, houve muitas manifestações oficiais favoráveis à constituição de Fundos Solidários com recursos governamentais, desde que resguardado o livre arbítrio na decisão dos participantes. Por fim, tanto os representantes da sociedade civil como dos ministérios presentes expressaram interesse de que a AGU se pronunciasse oficialmente quanto ao assunto para oferecer segurança às consultorias jurídicas e aos técnicos dos órgãos públicos, apoiando, assim, as iniciativas de fundos solidários.

Para terminar, vale mencionar que a Organização das Nações Unidas (ONU), ao premiar um projeto de FRS de um membro da ASA-PB, reconheceu os Fundos Rotativos Solidários como um instrumento capaz de reduzir a pobreza e, portanto, atendendo a uma das Metas do Milênio.

Ghislaine Duque
socióloga, professora na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGCS),
pesquisadora do CNPq
ghduque@uol.com.br

José Waldir de Sousa Costa,
membro da equipe do Patac
waldirpatac@veloxmail.com.br

José Camelo da Rocha
membro da equipe da AS-PTA
camelo@aspta.org.br

⁴ O parecerista foi o Dr. Airton Rocha, advogado no Distrito Federal, com especialização em Direito Público. Autor de inúmeros artigos e obras jurídicas, é também professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Recursos locais podem formar um grande capital

Alfred Lakwo

Para as populações rurais empobrecidas, não é fácil obter empréstimos e subsídios de bancos comerciais ou instituições financeiras, que exigem garantias e planos de negócios arrojados. Entretanto, o meio rural conta com muita oferta de capital que poderia ser usado para investir em atividades produtivas. Um exemplo desse potencial vem de um sistema de microcrédito existente em Uganda, África.

Assim como em muitos outros países, os agricultores familiares de Uganda residentes em áreas rurais remotas dificilmente são contemplados por bancos ou instituições financeiras, sendo geralmente descritos como *infinanciáveis*. Como justificativa, costuma-se alegar que os agricultores se encontram em lugares de difícil acesso (em termos geográficos), que dispõem de pouca ou nenhuma garantia e que geralmente desenvolvem atividades de alto risco. Contudo, o advento do



Agricultores e agricultoras trabalham coletivamente para se autofinanciarem e transformarem a agricultura em uma atividade comercial



Algumas associações de agricultores estão desenvolvendo novas estratégias de arrecadação de recursos, enquanto outras estão aprimorando as que já conduziam

microcrédito tem demonstrado que emprestar dinheiro para pequenos empreendedores pode gerar resultados positivos. Mas o fato é que a maioria desses programas está concentrada nas áreas urbanas. As outras alternativas, como fundos comunitários ou cooperativas de crédito, também costumam excluir as populações rurais mais pobres, uma vez que elas não detêm dinheiro para pagar cotas e fazer parte de tais programas financeiros. Além disso, a maioria dos programas governamentais voltados especificamente para atender os pequenos agricultores de áreas remotas é fortemente influenciada por relações políticas e sociais que desfavorecem os mais pobres. Apesar do panorama adverso, todas essas comunidades contam com recursos locais, mesmo que em pequena escala. Diante desse contexto, algumas questões devem ser colocadas: Um programa de crédito rural pode se basear na valorização desses recursos locais? As comunidades rurais

remotas têm condições de levantar seus próprios recursos e empregá-los para empréstimos? A ONG Agência de Aceleração do Desenvolvimento Regional (Afard, sigla em inglês) tem encontrado algumas respostas positivas para essas questões.

Transformando o panorama financeiro

A Afard atua na região Oeste do Nilo, em Uganda, cerca de 400 km ao norte da capital Kampala. A partir de seus vários anos de experiência em projetos de desenvolvimento local, a organização percebeu que havia muito pouca oferta de crédito nas comunidades rurais e que os sistemas de fundos rotativos envolviam um número reduzido de pessoas. Na maioria dos casos, as instituições de microcrédito disponibilizavam empréstimos que serviam apenas como *reforço*, mas não para *dar a partida*, justamente o que os mais pobres

precisam. Como também não pode oferecer garantias nem elaborar planos de negócios, essa população não consegue acessar os recursos de bancos comerciais. Mas agricultores precisam de capital para investir em seus sistemas produtivos, cujo valor médio foi estimado em 500 mil xelins ugandeses (aproximadamente R\$ 600,00) por família a cada safra. Como superar essa lacuna entre oferta e demanda?

A Afard pensou então em lançar mão de uma abordagem coletiva que abrangesse todos os membros da comunidade, e não apenas aqueles que já tinham negócios estabelecidos. A estratégia ideal teria que ser construída com base nas relações de solidariedade já existentes entre os pobres e nas possibilidades locais de arrecadação de fundos – mesmo que isso resultasse em uma carteira de empréstimos de pequeno porte. Essa abordagem permitiria o acesso local e a propriedade equitativa dos fundos de empréstimo, com todos os participantes contribuindo e recebendo benefícios igualmente.

Durante os primeiros meses de 2009, a Afard conduziu um breve estudo em três distritos da região Oeste do Nilo (Nebbi, Aruá e Yumbe). O objetivo era identificar as diferentes estratégias já adotadas por diversas associações comunitárias para levantar fundos. Algumas associações de agricultores conseguiam arrecadar por meio da cobrança de taxas obrigatórias (contribuição dos membros associados, anuidades e taxas mensais de subscrição). Outras por meio da venda regular de força de trabalho ou de produtos específicos (como tijolos e lenha). Tornou-se evidente, portanto, que as associações agricultoras já tinham desenvolvido diversas formas de levantar recursos.

Essas descobertas foram compartilhadas entre os grupos. Muitos deles começaram a desenvolver novas ideias e colocá-las em prática. Naturalmente, os grupos apresentavam

muitas diferenças entre si. Em alguns casos, a Afard ajudou na formalização das associações (geralmente envolvendo membros que já mantinham vínculos ou relações próximas). Em outros casos, os grupos estabeleceram suas próprias regulações e normas internas. Mas o importante foi que todos os grupos conseguiram tocar suas iniciativas.

Três meses depois das primeiras reuniões, as associações tinham acumulado mais de três milhões de xelins e estavam prontas para emprestar dinheiro por meio de seus Sistemas de Crédito Coletivo. Para ajudar no emprego efetivo dos fundos, a Afard desenvolveu uma política de acesso ao crédito, com normas e regras internas que foram avaliadas e finalmente acatadas por todos os membros das associações. Essas regulamentações cobriam diversos assuntos, tais como os critérios para aprovação do crédito, o período do empréstimo, as taxas de juros, as modalidades de restituição, as multas aplicadas em caso de atraso no pagamento sem justificativa, a revisão da dívida em casos de doença ou morte de um membro da família e a suspensão do acesso ao crédito àqueles que fossem considerados maus pagadores.

Novas oportunidades

Ao final de 2009, a Afard já estava atuando junto a 46 associações comunitárias, abrangendo 4.271 famílias, todas com seus próprios Sistemas de Crédito Coletivo, que totalizavam o montante de 190 milhões de xelins (aproximadamente R\$ 240 mil) na região, com mais de 2,8 mil pessoas acessando os recursos. Em apenas um ano de trabalho com os grupos, o total de dinheiro emprestado chegou a 384 milhões de xelins.

Essa dinâmica de empréstimos trouxe muita esperança para os agricultores da região. Agora, as famílias tinham condições de comprar enxadas, sementes ou insumos para elaboração de pesticidas naturais, tudo para intensificar sua produção. Em apenas alguns meses, muitas famílias incrementaram suas áreas com cultivos de maior valor comercial, como a mandioca. Houve também uma mudança significativa na percepção sobre a atividade agrícola, como explica a sra. Betty, membro do grupo Yiba: *Com o empréstimo que recebi do nosso grupo, pude aumentar a minha produção de amendoim. Com a alta produção, ganhamos dinheiro suficiente para que nossa família pudesse ter uma festa de Natal tranquila. Todo mundo tinha um vestido novo.* Para ela, a agricultura já não é apenas um meio de subsistência, mas uma atividade comercial.

Em média, o período de empréstimo tem duração de dois meses, a taxa de juros ficou fixada em 10% por período e o índice de adimplência é bastante alto (97%). Embora a taxa de juros seja considerada alta, quando comparada àquela cobrada por instituições formais de microcrédito, os membros dos 46 grupos insistem em afirmar que ela é necessária para

aumentar o volume de recursos para conceder novos créditos. As famílias também continuam a mobilizar outras estratégias de arrecadação, tais como a cobrança de taxas de contribuição dos associados. Da mesma forma, muitos grupos agora investem coletivamente em cultivos rentáveis, como batatas, e estão ampliando as áreas de plantio, visando se inserir nos mercados locais. Outros têm ingressado em atividades voltadas à agregação de valor às produções agrícolas, como processamento de milho para produção de farinha e debulha de arroz para venda.

Promovendo a inclusão dos *infinanciáveis*

Aproveitar os recursos locais e conceder empréstimos com os fundos arrecadados coletivamente também trazem outros resultados. Não só os homens, como também as mulheres, podem agora iniciar uma atividade econômica, o que já é uma grande mudança em relação ao passado. Antes, as mulheres se dedicavam basicamente ao cultivo de alimentos, enquanto os homens praticamente se apropriavam de qualquer renda extra que as mulheres conseguissem obter por conta

própria. Essa mudança foi possível em função da superação progressiva da distinção que havia entre culturas voltadas ao autoconsumo e aquelas destinadas ao comércio. As mulheres ingressaram na economia de mercado e hoje vendem produtos alimentícios, guardando os ganhos para si. O acesso das famílias ao crédito também tem incentivado o planejamento conjunto da propriedade agrícola. As mulheres preferem culturas comerciais que podem vender para saldar o empréstimo. Além disso, elas destinam o restante do dinheiro que ganham para suprir demandas domésticas e melhorar suas atividades agrícolas.



Ao perceber que a agricultura pode ser uma atividade rentável, muitos jovens também têm se sentido menos atraídos pela vida nas cidades. Cientes do elevado índice de desemprego e das dificuldades encontradas nas áreas urbanas, muitos jovens assumiram o trabalho na agricultura como uma atividade produtiva que, além de gerar renda, pode melhorar seus meios de vida e atribuir status social – algo impensável durante décadas. No momento, os jovens representam em média 14% dos membros de todos os grupos apoiados pela Afard. O acesso ao crédito e o fortalecimento organizacional dos grupos de jovens têm sido cruciais para essa nova realidade.

Outro aspecto importante dessa experiência é a democratização do acesso ao crédito. Qualquer agricultor ou agricultora que pertencer a um dos grupos está automaticamente apto a receber um empréstimo, uma vez que todos contribuíram igualmente para o fundo local (exceto os maus pagadores, que deixaram de pagar pelo menos duas vezes o empréstimo sem motivo justificável). Todos pagam a mesma taxa de associado e de subscrição, assim como oferecem o mesmo tipo de mão de obra agrícola. Outra demonstração de solidariedade é que muitas associações estão usando parte de seus lucros (até 7%) para ajudar pessoas com Aids e órfãos.

Uma abordagem construída de baixo para cima

Não restam muitas dúvidas sobre o impacto positivo que a oferta de dinheiro para investimentos exerce na redução da pobreza. Os pequenos agricultores precisam de dinheiro para incrementar suas práticas produtivas e melhorar sua qualidade de vida. Quando dispõem de recursos, esses pro-

dutores conseguem estabelecer pequenos empreendimentos (do tamanho que corresponde à capacidade de absorção dos mercados locais), com os quais aumentam suas rendas e até mesmo acumulam alguns bens (bicicletas, gado ou um rádio).

O acesso ao crédito mudou a percepção dos agricultores familiares sobre a agricultura, assim como as estratégias que adotam – eles passaram a selecionar as melhores variedades, a planejar as épocas de plantio e se ater a práticas sustentáveis. Embora seja necessário medir os resultados de forma mais precisa, parece haver uma preferência por pesticidas naturais, pelo adequado manejo do solo e pela conservação da biodiversidade local.

Todos esses aspectos da experiência em Uganda revelaram como é grande e desconhecido (e, por que não, negligenciado) o potencial que os pequenos agricultores têm para mobilizar recursos locais. Trata-se de um exemplo legítimo de um mecanismo de microfinanciamento construído com base popular, de *baixo para cima*: uma abordagem bem diferente daquelas que são orientadas pela ideia de que pessoas pobres não sabem nada sobre dinheiro ou sobre como administrá-lo. Percebemos ainda que, quando bem empregadas, as abordagens coletivas podem contribuir para elevar a autoestima e desenvolver práticas agrícolas sustentáveis.

As etapas para estabelecer um Sistema de Crédito Coletivo

Em primeiro lugar, é preciso reunir um grupo grande de membros (mais de 50 pessoas), atentando para a importância da construção de liderança e do trabalho em equipe – mas, acima de tudo, envolva todos os membros em todas as atividades de planejamento.

Em seguida, é preciso avaliar a viabilidade e a aceitação por parte da comunidade das medidas que serão adotadas para mobilizar os recursos.

É importante assegurar que todos os membros do grupo aprovelem o uso dos fundos gerados para empréstimos, independente do volume desses recursos. Seu uso deve ser condizente com as normas e regras estabelecidas que, por sua vez, devem ser transparentes, de forma a evitar fraudes e mal-entendidos. Para tanto, recomenda-se a formação de um comitê de crédito que garanta a conformidade às regras.

É necessária também uma supervisão constante, garantindo que as regras sejam seguidas, que sejam providenciados relatórios periódicos e precisos para os membros, que os maus pagadores sejam excluídos e que o registro de todas as atividades seja acessível a qualquer membro que o requisitar.

Algumas associações de agricultores estão desenvolvendo novas estratégias de arrecadação de recursos, enquanto outras estão aprimorando as que já conduziam

Alfred Lakwo
Diretor de Programa da Afard
alfred.lakwo@gmail.com
www.afard.net

Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar

Jan Douwe van der Ploeg

○ acesso a crédito é frequentemente considerado como condição indispensável para a superação da pobreza, já que permite aos agricultores a possibilidade de adotarem novas tecnologias para incrementar seus níveis de produtividade e de renda. Entretanto, muitos programas de crédito acabam por comprometer a autonomia dos agricultores, submetendo-os a relações de dependência e obrigando-os a assumir todos os riscos. Há certamente formas mais eficazes para ajudar os agricultores a construir sua própria base de recursos e ganhar independência.

A necessidade de recorrer ao crédito tem sido uma peça constante em diversas histórias tristes. No Peru, por exemplo, muitos pequenos produtores estão sempre beirando a fome, apesar de terem à disposição terras ociosas que, se bem manejadas, poderiam fornecer ali-



Casal de agricultores chineses lavrando a terra: um exemplo de autonomia

mento e renda extra para a família. O que falta é dinheiro para a aquisição de sementes e fertilizantes, o aluguel de animais ou trator para preparar a terra, assim como para pagar pela água usada na irrigação. Não há meios, é o que dizem os agricultores peruanos.

Obter crédito realmente não parece ser a melhor saída para tal situação, embora tenha sido a combinação de crédito, mercados altamente voláteis e instabilidades climáticas a responsável pela ruína de vários agricultores em épocas passadas. Muitos tiveram que vender seus recursos para saldar empréstimos anteriores e agora se deparam com dívidas exorbitantes que não podem pagar. Para eles, o crédito se torna indisponível, uma vez que os bancos passam a considerá-los *delinquentes*.

Temos então um dos cenários mais recorrentes que acometem o desenvolvimento rural: o crédito coloca pessoas em apuros, mas são justamente essas pessoas que precisam dele para sair dessa situação. Só que não podem mais acessá-lo.

Liberdade e autonomia

A agricultura sempre requer uma base de recursos multifacetada. Além de terra, água, animais, sementes, fertilizantes, mão de obra, conhecimento, infraestruturas e equipamentos de trabalho, os agricultores precisam de capital de giro. Em geral, esse capital é constituído a partir de economias feitas durante ciclos produtivos anteriores. Cumpre ressaltar que, na verdade, a agricultura não consiste apenas na *utilização* desses recursos para produzir. A agricultura é muito mais um processo de *reprodução* e desenvolvimento dessa base de recursos. Ou seja, durante o processo de produção, os recursos são reproduzidos. Novilhas são geradas para serem tão produtivas quanto as vacas que irão substituir. A fertilidade do solo precisa ser mantida – de preferência, melhorada. Quando se cultivam batatas, as sementes devem ser selecionadas e reservadas para o próximo ciclo. Todos esses recursos carregam a promessa de render boas colheitas, assim como a esperança de que safras ainda melhores virão. Esse processo de reprodução não se aplica apenas aos recursos materiais, mas também aos recursos sociais: a mão de obra familiar (e/ou da comunidade), as redes sociais e o conhecimento acumulado. Mas a regra também se aplica ao capital de giro.

A base de recursos disponível para os agricultores é o resultado de ciclos anteriores. Tem sido gerada por meio do trabalho duro e da dedicação da família. Por ser fruto de seu próprio esforço, ela representa autonomia (ou *independência*, como os agricultores costumam dizer). Ela evita que seja necessário estabelecer relações de dependência com terceiros. Os meios necessários para produzir estão à mão. É o que o grande pesquisador da história agrária, Slicher van Bath, chama de *liberdade do agricultor*. Ele alega que se trata de uma dupla liberdade. Em primeiro lugar, porque significa estar *livre* de elos de dependência e da exploração a eles associada. Não é preciso arrendar terras de grandes proprietários nem pedir empréstimo a agiotas locais que cobram juros exorbitantes. Mas também se trata de ser *livre para* plantar segundo os interesses e perspectivas da própria família agricultora. Dessa

forma, ninguém pode dizer como o agricultor deve operar. Os próprios agricultores decidem como vão planejar seus sistemas produtivos e desenvolver suas propriedades. A liberdade *de* e a liberdade *para*, portanto, são ingredientes indispensáveis para a prosperidade da agricultura.

A história da agricultura camponesa pode ser vista como uma luta por autonomia, uma luta que ocorre dentro de cada propriedade individualmente, mas que também envolve comunidades rurais e movimentos sociais do campo. Muitas cooperativas surgiram a partir desses movimentos, inclusive as cooperativas de poupança e crédito, tendo justamente o crédito como foco.

Dependência e sobrevivência

A autonomia da base de recursos que foi historicamente construída vem sendo ameaçada em diversas partes do mundo. A pressão sobre a agricultura (de um lado, o aumento dos custos produtivos, do outro, a estagnação ou mesmo queda dos preços de venda), o viés urbano das políticas públicas e o incentivo à adoção de modelos tecnológicos que implicam a aquisição de insumos externos, são fatores que contribuem para a erosão da base de recursos autogestionada. No lugar da autonomia, existe agora uma densa e ampla rede de relações de dependência que incide tanto sobre o acesso aos insumos quanto sobre o escoamento da produção. Geralmente uma ponta dessa cadeia exerce pressão sobre a outra. A dependência em relação ao mercado de capitais é um exemplo típico desse quadro.



Expressões de autonomia: venda direta de produtos da agrobiodiversidade local

O crédito obtido nos bancos muitas vezes atrela as pequenas propriedades agrícolas aos grandes grupos agroindustriais. No Peru, por exemplo, as cooperativas agrícolas, bem como agricultores familiares, receberam empréstimos do Banco Agrário na forma de *títulos de retirada*, que poderiam ser usados apenas em grandes lojas comerciais, para ter acesso a sementes e agroquímicos prescritos. Não havia, portanto, possibilidade de usar o crédito de maneira alternativa para adquirir, por exemplo, gado e/ou árvores frutíferas. Esses empréstimos vinham com amarras que acabavam por determinar quais os cultivos que deveriam ser plantados, a forma como deveriam ser cultivados e, sobretudo, a quem deveriam ser vendidos. Assim, o mecanismo de crédito atava os agricultores à lógica e às demandas da agroindústria. Com a obtenção de tais *créditos vinculados*, portanto, a liberdade para é praticamente toda perdida.

Existem diferenças significativas entre propriedades rurais, regiões e países no que se refere ao equilíbrio entre autonomia e dependência. Em alguns países, os agricultores e suas organizações detêm uma autonomia bem maior sobre seus recursos. Já em muitos outros, as condições de mercado são precárias e as políticas agrárias e rurais são desfavoráveis, ocasionando o empobrecimento de agricultores e a depauperação de sua base de recursos. Apesar disso, alguns agricultores têm conseguido manter – ou reconstituir – uma base de recursos sólida, geralmente ao minimizar a aquisição de insumos externos e evitar contrair altas dívidas financeiras. A relevância dessa estratégia de *produzir economicamente* se torna mais evidente em tempos de crise, uma vez que essas unidades produtivas relativamente autônomas têm mais chances de sobreviver a momentos difíceis.

Mecanismos alternativos

Mas o que fazer quando, por alguma razão, famílias agricultoras entram em apuros? Analisemos primeiro os diferentes mecanismos que podem ser empregados. No plano individual, há uma ampla gama de soluções potenciais. Os meios mais comuns são: o crédito informal (geralmente entre agricultores, em que um contribui com terra e mão de obra, enquanto o outro entra com o capital exigido), os fundos comunitários (como os *tontines*, presentes em diversos países africanos) e as redes sociais (de ajuda mútua). A cooperação e a distribuição equitativa dos riscos são importantes características dessas estratégias. É o que também as diferencia radicalmente da forma desigual de distribuir os riscos quando se trata de obter crédito

formal. Em segundo lugar, há mecanismos como a diversificação de atividades e fontes de renda (essa *pluriatividade* é muito importante na agricultura chinesa) e migrações temporárias (muito comuns em boa parte da América Latina e do Leste Europeu, mas também até recentemente em países europeus, como Portugal). Esses mecanismos permitem que os agricultores obtenham ganhos em outras ocupações que depois serão revertidos para suas atividades agrícolas. Dessa forma, eles vão construindo seu próprio capital de giro. Em terceiro lugar, surgiram outros mecanismos que consistem na criação de novas atividades econômicas atreladas à agricultura (tais como unidades internas de beneficiamento, comercialização direta, agroturismo, produção de energia, etc.) que podem gerar um significativo fluxo de capitais e reduzir a necessidade de recorrer ao crédito bancário. O problema, porém, é que em geral é preciso ter um capital de giro considerável para iniciar tais novas atividades. Mas às vezes é possível um desenvolvimento progressivo, passo a passo.

No plano regional, a atuação dos movimentos sociais nesse sentido pode ser bastante importante. O movimento agroecológico na América Latina, por exemplo, tem ajudado agricultores a mudarem suas práticas, consumindo muito menos insumos externos, o que pode levar a uma redução da dependência em relação aos mercados de capitais. Esses mesmos movimentos também podem incidir na mudança de políticas rurais e agrárias. O surgimento do microcrédito é outro exemplo especialmente relevante para as mulheres do campo e para os mais pobres.

Políticas nacionais de incentivo à agricultura familiar também podem contribuir significativamente para o fortalecimento da base de recursos autônoma dos agricultores. Em geral essas políticas são bastante efetivas. As recentes experiências no Brasil são exemplares nesse sentido. Hoje, os programas públicos de aquisição de alimentos (que incluem a distribuição da merenda escolar) estão cada vez mais vinculados aos pequenos produtores locais. Pelo menos 30% dos alimentos comprados para atender escolas públicas devem ser adquiridos da agricultura familiar, o que representa um grande estímulo para os agricultores. O acesso



Trabalho comunitário e manejo de recursos naturais: exemplos de base de recursos autocontrolada na Zona da Mata de Minas Gerais.

a esse *mercado* criado recentemente significa que eles podem melhorar sua qualidade de vida e construir economias que mais adiante ajudarão a aprimorar suas unidades produtivas. Assim, o fornecimento da merenda escolar, em vez de ficar a cargo de supermercados ou de grandes empresas, foi incorporado a um programa altamente atrativo e eficaz para fortalecer a base de recursos das famílias agricultoras.

A agenda

Uma base de recursos autônoma e autogestionada é essencial para o crescimento da agricultura e para a emancipação da agricultura camponesa. Entretanto, a criação (ou restabelecimento) dessa base de recursos autônoma vem sendo comprometida pelos atuais mecanismos de crédito. É evidente que o crédito pode ser de grande valia, mas apenas sob certas condições. Em primeiro lugar, ele deve estar inserido em um programa mais amplo que tenha como orientação

fortalecer a base de recursos das unidades de produção familiar. Em segundo lugar, ele deve ser *desvinculado*, de forma a permitir que os agricultores façam uso dele da maneira que acharem mais apropriada. Em terceiro lugar, os riscos implicados devem ser igualmente assumidos. O estudo de experiências bem-sucedidas também pode revelar outros critérios. Assim, da mesma forma que os agricultores desenvolvem modos de produção que carregam a promessa de progresso, novos mecanismos de crédito devem ser criados para ajudá-los em sua empreitada.

Jan Douwe van der Ploeg
professor de Sociologia Rural na
Universidade de Wageningen, Holanda
jandouwe.vanderploeg@wur.nl
www.jandouwevanderploeg.com



Financiamento da transição agroecológica. WEID, J.M. von der (Org.). Rio de Janeiro: ANA, 2007.

Apresenta as experiências de financiamento da transição agroecológica sistematizadas durante a preparação do II Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em 2006, na cidade de Recife. As iniciativas documentadas referem-se a trajetórias vivenciadas por diferentes organizações e redes do campo agroecológico brasileiro na valorização de programas governamentais de financiamento da agricultura familiar, sobretudo o Pronaf, assim como no fortalecimento de fundos de financiamento criados e geridos a partir de processos coletivos de abrangência local. A publicação apresenta também uma análise de conjunto, procurando apontar os principais avanços e desafios colocados para o aprimoramento dos sistemas de financiamento para a agricultura familiar, tendo em vista o desafio de promover maiores níveis de sustentabilidade.



Introdução à Economia Solidária. SINGER, P. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

A noção de que as sociedades devem ser crescentemente reguladas pelos mercados fundamenta-se na falsa premissa de que o livre intercâmbio de mercadorias e de força de trabalho pode ser realizado a partir de regras impessoais estabelecidas pela “mão invisível do mercado”. No entanto, à medida que a mercantilização avança, são enfraquecidos outros mecanismos econômicos essenciais para o funcionamento de sociedades justas e democráticas. Muitos desses mecanismos fundam-se em regras morais, tais como solidariedade e reciprocidade. A emergência mundial do movimento de economia solidária é uma reação ao avanço do capitalismo e dos valores de convivência social a ele associados, dentre os quais se destaca a competitividade. Nessa publicação, o professor Paul Singer expõe os princípios da economia solidária e apresenta exemplos concretos de mecanismos solidários de gestão econômica. Um capítulo é dedicado aos instrumentos coletivos voltados para a disponibilização de crédito para a parcela mais empobrecida da população.

O banqueiro dos pobres; revolução do microcrédito que ajudou os pobres. YUNUS, M. São Paulo: Ática, 2000.

A publicação apresenta a experiência do Grameen Bank, uma instituição de microcrédito de Bangladesh voltada para o financiamento de projetos econômicos das parcelas mais pobres do país. O autor argumenta que a maior razão do sucesso mundial alcançado pelo mecanismo do Grameen Bank é que o seu sistema de financiamento possibilita aos tomadores do crédito o exercício da criatividade para o desenvolvimento de seus próprios projetos. Os ensinamentos

dessa experiência constituem importantes subsídios para o aperfeiçoamento dos sistemas oficiais de financiamento para a agricultura familiar. Já os sistemas convencionais, ao induzir a incorporação de pacotes tecnológicos, restringem a capacidade de agricultores e agricultoras de exercitar a criatividade econômica e tecnológica para a valorização dos recursos naturais e sociais disponíveis localmente. Nesse sentido, a iniciativa de Bangladesh reforça a convicção de que, além do aporte de recursos materiais para a estruturação dos agroecossistemas, os sistemas de financiamento da agricultura familiar devem fomentar a criatividade local das famílias agricultoras e suas organizações com vistas ao desenvolvimento endógeno.



Reunião do Conselho Municipal de Gestão

Fundos rotativos solidários: patrimônio das comunidades promovendo cidadania no médio sertão da Paraíba



Famílias rurais do município de Teixeira, na Paraíba, têm vivenciado, desde 2003, uma experiência de gestão compartilhada dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) por meio da realização de reuniões mensais de um Conselho Municipal de Gestão. O conselho é composto por um membro de cada fundo rotativo comunitário, um representante de Centrais de Associações e um do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS). As reuniões são momentos importantes não só para o planejamento das ações, mas para a reflexão sobre as dificuldades e os avanços alcançados. Elas são realizadas de forma itinerante entre as comunidades, permitindo assim uma maior participação das famílias beneficiadas e a qualificação das lideranças comunitárias. Nessas oportunidades, os conselheiros relatam as formas de funcionamento e o nível de participação dos fundos solidários em suas comunidades. É também nesse momento em que ocorre a prestação de contas e são aprofundadas orientações sobre as futuras aplicações dos recursos, fortalecendo a transparência e a credibilidade do sistema. A participação ativa das famílias e comunidades mostra-se como instrumento importante para o fortalecimento da solidariedade e da cidadania.

Acima: Reunião do Conselho Municipal de Gestão

Ao lado: Encontro itinerante de gestão dos fundos rotativos solidários da comunidade de Riacho Verde, Teixeira-PB

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na Leisa Latinoamericana (editada no Peru) e na Leisa Global (editada na Holanda).

v.7, n. 4 - Ensino da Agroecologia

A essência do enfoque agroecológico para a construção dos conhecimentos está no estabelecimento de dinâmicas sociais voltadas para a inovação local a partir do diálogo entre os saberes científico e popular. Essa característica distintiva da Agroecologia com relação às ciências agrárias convencionais cobra a superação da perspectiva difusionista (ou de transferência de tecnologias), que ainda prevalece na prática de extensionistas e pesquisadores, bem como nas instituições a que estes estão vinculados. A necessidade de preparação de profissionais para atuar sob essa nova perspectiva científica interpela duplamente as instituições dedicadas ao ensino. De um lado, elas são desafiadas a introduzirem modificações nos conteúdos trabalhados, abandonando o enfoque produtivista da agricultura industrial; por outro, necessitam adotar pedagogias que favoreçam o exercício do enfoque sistêmico e da interdisciplinaridade. Precisam ainda preparar os alunos para o emprego de seus conhecimentos acadêmicos com base em relações de poder horizontalizadas com famílias e comunidades rurais.

Inovações nesse campo vêm sendo exercitadas nas várias regiões do país, sobretudo desde os anos 2000, com o surgimento de cursos oficiais de nível médio ou superior constituídos a partir da crítica ao ensino tecnicista moldado para implantar e consolidar o paradigma técnico-científico da Revolução Verde. Figuram também nesse novo cenário iniciativas de ensino protagonizadas por movimentos sociais que lutam pela reestruturação das práticas educacionais a partir dos conceitos de educação do campo e educação contextualizada. Apesar da proliferação de experiências de ensino inovadoras, elas são ainda pouco conhecidas e debatidas. Esse fato vem dificultando uma melhor compreensão sobre as diversidades existentes entre elas e os avanços e limitações que vêm encontrando para ultrapassar o paradigma dominante. A edição v. 7, n. 4 da *Revista Agriculturas* pretende dar uma contribuição a esse debate ao estimular a sistematização e a divulgação das trajetórias dos grupos envolvidos nessas experiências inovadoras.

Data-limite para envio de artigo:
15 de setembro de 2010.

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.agriculturas.leisa.info